



EXERCÍCIO 2016
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração da Caixa Seguridade Participações S.A. ("Caixa Seguridade" ou "Companhia") relativo ao ano de 2016, de acordo com as exigências da Lei das Sociedades por Ações, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do seu Estatuto Social, acompanhado de Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes e respectivas Notas Explicativas.

Elaboramos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conformidade com as práticas contábeis comumente adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

1. Ambiente Macroeconômico

O ano foi marcado pelo noticiário político. A saída do Reino Unido da União Europeia e a vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais dos EUA tornaram o cenário internacional incerto. A economia dos Estados Unidos teve expansão moderada como demonstrado pelos indicadores econômicos correntes. Na zona do euro, os dados de atividade e os indicadores de confiança surpreenderam positivamente, contrariando as expectativas de que a economia sofreria, no curto prazo, os efeitos negativos das incertezas geradas pelo referendo do Reino Unido. Já na China, indicadores econômicos recentes apresentaram estabilização da taxa de crescimento. A aceleração dos investimentos públicos proporcionou essa acomodação, em contraste com o enfraquecimento do setor privado.

No ambiente doméstico, o déficit em conta corrente recuou, com o superávit da balança comercial e a redução do déficit nas contas de serviços e rendas. O investimento direto no país surpreendeu ao permanecer em patamares elevados, enquanto o investimento em renda fixa sentiu os efeitos da perda do grau de investimento.

O PIB intensificou a retração na margem no terceiro trimestre, após apresentar trajetória mais favorável e quedas mais suaves nos dois primeiros trimestres do ano. Tanto pelo lado da oferta quanto da demanda, a retração foi generalizada entre os seus respectivos componentes. No primeiro caso, o setor de serviços registrou a sétima retração consecutiva. Já a indústria, que havia ensaiado uma recuperação no trimestre anterior, voltou a cair. O mesmo ocorreu com os investimentos pelo lado da demanda. Por essa ótica, o consumo das famílias se encontra em trajetória menos negativa, com quedas mais suaves há dois trimestres. No acumulado em 4 trimestres, o PIB mostra uma lenta reversão da tendência de queda.

Em relação ao mercado de trabalho, houve elevação da taxa de desemprego, decorrente da queda da população ocupada conjugada com o crescimento da força de trabalho. Os rendimentos do trabalho apresentaram queda em termos reais, influenciados pelo fraco ritmo da atividade econômica, pelo aumento do desemprego e pela inflação.

A inflação apresentou movimento de desaceleração, influenciada pela menor pressão dos preços administrados, que responderam, principalmente, à redução dos preços de energia elétrica. Os preços livres também desaceleraram, influenciados pelo arrefecimento da inflação de alimentos com o fim dos efeitos do *El Niño*. A inflação subjacente de serviços, que exclui grupos de preços mais voláteis, também apresentou desaceleração. Com a desaceleração, o IPCA encerrou o ano com alta de 6,30%, abaixo do teto da meta (6,50%).

Diante de um ambiente de inflação mais bem comportada e de avanços no campo fiscal, a taxa Selic foi reduzida em 0,25 ponto percentual nas reuniões de outubro e novembro, encerrando o ano em 13,75% a.a.

O saldo total de crédito continuou em tendência de queda, influenciado por créditos com recursos livres a Pessoas Jurídicas e créditos direcionados do BNDES. O resultado reflete o contexto de contração da atividade econômica, a baixa confiança dos agentes, os ajustes fiscais em curso e o ainda elevado patamar da taxa básica de juros.

De acordo com a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSEG), o valor total arrecadado pelo mercado de seguros, sem considerar o ramo de saúde, alcançou R\$ 239,4 bilhões no ano de 2016. Em termos de taxa de crescimento, a arrecadação desacelerou para 9,2% em 2016, após ter fechado o ano de 2015 com expansão de 11,6%. No ramo de elementares, contribuíram para esse resultado a retração da arrecadação de seguros de automóveis e a redução da modalidade de garantia estendida, influenciados pelo recuo nas vendas de veículos e eletrodomésticos, respectivamente. Houve, por outro lado, segmentos que mostraram crescimento da arrecadação e aumentaram sua participação nos ramos elementares, como os segmentos habitacional, responsabilidade civil e rural.

Dentro do ramo de cobertura de pessoas, coube destaque para o ganho de participação dos planos VGBL frente aos tradicionais planos de acumulação, PGBL e planos de risco. A variação da arrecadação proveniente dos produtos de capitalização se manteve na zona de contração.

A sinistralidade do mercado de seguros apresentou alta, saindo de 49,2% para 49,3%, considerando a média dos meses de janeiro a novembro entre 2015 e 2016, respectivamente. Na média de 12 meses, o índice atingiu 51,7%, acima do valor observado em novembro de 2015 (49,8%). Diante desse contexto de sinistros em patamar elevado, atividade econômica reduzida e condições desfavoráveis no mercado de trabalho, o lucro líquido do setor acumulou R\$ 15,8 bilhões até o mês de novembro, 9,0% abaixo do observado no mesmo período do ano passado.

De acordo com a Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados e de Resseguros, de Capitalização, de Previdência Privada, das Empresas Corretoras de Seguros e de Resseguros (FENACOR), o índice de confiança do setor avançou positivamente ao longo do ano, reduzindo o nível de pessimismo em relação a 2015, ajudado pela expectativa de maior faturamento e rentabilidade do setor.

2. Descrição e Estrutura dos Negócios

A Caixa Seguridade foi criada com o objetivo de consolidar as participações da Caixa Econômica Federal ("CAIXA") nas atividades ligadas ao ramo de seguridade, aqui entendidas como os negócios de seguros, previdência aberta, capitalização, consórcios, planos e seguros de saúde, planos e seguros odontológicos e corretagem de seguros. A Companhia possui, ainda, o direito, outorgado pela CAIXA, de explorar sua rede de distribuição e sua marca.

Assim, nosso resultado se origina de receitas de equivalência patrimonial, apuradas a partir do resultado de suas empresas controladas e coligadas, e de receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca CAIXA.

A Companhia, ao final do exercício, possuía participação direta de 100% na empresa Caixa Holding Securitária S.A. ("Caixa Holding") e de 48,21% na empresa Caixa Seguros Holding S.A. ("Caixa Seguros") que, por sua vez, têm participações conforme descrito a seguir:

a) Caixa Seguros Holding S.A.

A empresa Caixa Seguros é uma parceria firmada junto ao grupo francês *CNP Assurances*, que detém 51,75% do capital. Suas empresas operacionais atuam em diferentes ramos de seguridade, de acordo com sua especialização.

A Caixa Seguradora S.A. ("Caixa Seguradora") iniciou suas atividades em 22/01/1973 e atua na exploração de seguros elementares e de vida. A participação indireta da Caixa Seguridade no capital da Caixa Seguradora é de 48,21%.

A Caixa Vida e Previdência S.A. ("Caixa Vida e Previdência") comercializa produtos de previdência complementar, tendo iniciado suas atividades em 14/03/2000. A participação indireta da Caixa Seguridade no capital da Caixa Vida e Previdência é de 48,21%.

A Caixa Capitalização S.A. ("Caixa Capitalização") iniciou suas atividades em 14/11/1996 e atua na comercialização de produtos de capitalização em parceria com a Sul América Capitalização S.A. e Icatu Seguros S.A.. A participação indireta da Caixa Seguridade no capital da Caixa Capitalização é de 24,59%.

A Caixa Seguros Administradora de Consórcios S.A. ("Caixa Consórcios") administra grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis, tendo iniciado suas atividades em 24/10/2002. A participação indireta da Caixa Seguridade no capital da Caixa Consórcios é de 48,21%.

A Caixa Seguros Especializada em Saúde S.A. ("Caixa Seguros Saúde") iniciou suas atividades em 31/01/2011 e atua como seguradora especializada em seguro-saúde. A participação indireta da Caixa Seguridade no capital da Caixa Seguros Saúde é de 48,21%.

b) Caixa Holding Securitária S.A.

A empresa PAN Seguros S.A. ("PAN Seguros"), pertencente ao Grupo Caixa Seguridade desde 19/06/2015, explora os segmentos de seguros de pessoas (físicas e jurídicas), prestamista, habitacional, danos pessoais e em seguros de danos. A participação indireta da Caixa Seguridade no capital da PAN Seguros é de 48,99%.

A Panamericana Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda. ("PAN Corretora") tem como objeto social a administração, orientação e corretagem de planos previdenciários e de seguros dos ramos elementares e de vida e pertencente ao Grupo Caixa Seguridade desde 29/12/2014. A participação indireta da Caixa Seguridade no capital da PAN Corretora é de 49,00%.

Ambas participações são controladas em conjunto com o BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. ("BTG Holding").

3. Destaques do Período

As receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca atingiram o montante de R\$328,1 milhões no ano de 2016, com um crescimento de 25% na comparação entre o segundo semestre de 2016 com o mesmo período de 2015. O bom desempenho foi reflexo do lançamento do produto Seguro Prestamista PJ, ocorrido no final do ano de 2015, bem como a automatização de sua contratação. Os recursos provenientes dessa receita são importantes fontes para o resultado financeiro da Companhia.

Em dezembro de 2016, alinhada às melhores práticas de governança corporativa e tendo em vista a necessidade de harmonização às exigências da Lei 13.303/2016, a Caixa Seguridade criou a Diretoria de Governança, Riscos e Controles Internos, importante alavanca para a valorização e integração dos processos de gestão e governança das participadas, bem como os de risco e *compliance*.

4. Governança Corporativa

A Caixa Seguridade mantém suas diretrizes alinhadas às melhores práticas de governança corporativa.

A administração, incluindo suas unidades diretivas, prima pela independência e compromisso com os conceitos de transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade socioambiental, sustentada pela utilização de ferramentas de monitoramento, que alinham o comportamento dos executivos aos interesses dos acionistas e da sociedade em geral.

Nesse sentido, a estrutura de governança da Companhia é formada pela Assembleia Geral; por um Conselho de Administração, composto por seis membros; por um Conselho Fiscal, de caráter permanente, composto de três membros titulares e três membros suplentes; e por uma Diretoria Colegiada, composta de quatro membros, sendo um Diretor Presidente e um Diretor de Relações com Investidores.

A Caixa Seguridade manterá ainda um Comitê de Auditoria e um Comitê de Transações com Partes Relacionadas, a serem instituídos e que terão caráter permanente e de assessoramento.

5. Desempenho das Coligadas e Controladas

O faturamento combinado das empresas operacionais totalizou R\$14,4 bilhões em 2016, o que representou uma alta de 23,0% em relação ao ano de 2015. O destaque foi o segmento de previdência que apresentou um crescimento de 33,1% nas contribuições de previdência e seguros.

A seguir são descritos o desempenho das principais unidades operacionais que fazem parte do Grupo Caixa Seguridade.

A Caixa Seguradora obteve lucro líquido de R\$1,3 bilhão, 1,1% abaixo daquele observado em 2015, explicada pelo deterioração da sinistralidade e aumento da alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Foi registrado um faturamento de R\$4,9 bilhões, que representou aumento de 8,5% em relação ao ano anterior.

A empresa Caixa Vida e Previdência auferiu lucro líquido de R\$316,8 milhões, resultado 9,0% maior que o registrado no ano anterior, decorrente do crescimento de 33,1% de seu faturamento, cujas contribuições totais de previdência e seguro somaram R\$7,8 bilhões.

A Caixa Capitalização registrou lucro líquido de R\$128,9 milhões, queda de 10,5% explicada principalmente pela majoração da alíquota de CSLL. Os prêmios emitidos totalizaram R\$1,2 bilhão, ligeira alta de 0,6% em relação ao ano anterior.

A PAN Seguros obteve lucro líquido de R\$50,6 milhões, uma queda de 11,6%, resultado de ajustes decorrentes da aquisição da carteira habitacional da Sul América Seguradora S.A.. O faturamento registrado em 2016 foi de R\$676,5 milhões, crescimento de 20,9% no comparativo anual.

6. Pessoas

Nosso quadro de pessoal é formado por empregados disponibilizados pela Caixa Econômica Federal, mediante ressarcimento integral dos custos e manutenção dos benefícios concedidos pela controladora, notadamente os planos de saúde e de previdência complementar.

O exercício de 2016 foi um marco para a Companhia, que passou a uma fase operacional, atingindo uma lotação de 49 colaboradores em seu quadro de funcionários, estrutura compatível com nossas atividades em termos de pessoal e de processos.

7. Responsabilidade Socioambiental

A Companhia aprovou em 2016 sua Política de Responsabilidade Socioambiental, que tem como objetivo assegurar a atuação sustentável da Caixa Seguridade por meio da integração das dimensões social e ambiental na sua estratégia e está pautada nos seguintes princípios:

- Ética, conformidade e combate à corrupção;
- Gestão participativa;
- Promoção do desenvolvimento sustentável;
- Inclusão social;
- Eficiência ambiental;
- Proteção e conservação ambiental; e
- Transparência.

Os princípios são observados não somente nos processos internos, mas também nas contratações de bens e serviços.

8. Investimentos

Em cumprimento ao art. 243 da Lei 6.404/76, informamos que os investimentos diretos em sociedades coligadas e controladas atingiram R\$ 3,5 bilhões em 31 de dezembro de 2016 e relacionamos as modificações ocorridas durante o exercício:

Tabela 1 – Movimentação dos Investimentos

R\$ milhares					
Empresas	Segmento	Participação (%)	Saldo do Investimento		Resultado da Participação 2016
			31/12/2015	31/12/2016	
CAIXA Seguros	Holding	48,21%	2.635.360	3.046.973	918.235
CAIXA Holding	Holding	100,00%	383.190	411.678	28.542
PAN Seguros	Seguros	48,99%	353.709	363.181	24.795
PAN Corretora	Corretagem	49,00%	29.381	33.128	5.089

9. Distribuição de dividendos

A companhia apresentou um lucro líquido no exercício de 2016 de R\$1,09 bilhão. Após a constituição da reserva legal e sobre o lucro realizado, foram destacados dividendos no valor de R\$142,8 milhões, que representam 13,8% do lucro ajustado.

Deduzida a reserva legal e destacado o dividendo mínimo compatível ao lucro realizado, a diferença de R\$892,3 milhões foi utilizada para constituição de Reserva de Lucros a Realizar, tendo em vista que ainda não houve pagamento de dividendos pelas Companhias investidas da CAIXA Seguridade.

10. Informações Legais

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003, a Caixa Seguridade informa que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não prestou, em 2016, serviços que pudessem afetar sua independência em relação aos trabalhos de auditoria. No caso de contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a Caixa Seguridade adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente tampouco promover os interesses desse cliente.

Conforme normas que regem os serviços de auditoria independente, a Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes apresentou tempestivamente à Caixa Seguridade a Carta de Independência.

A tabela abaixo apresenta a relação de contratos de prestação de serviços que estiveram vigentes durante o ano de 2016 entre a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e as empresas controladas, coligadas e controladora da Caixa Seguridade:

Tabela 2 – Serviços prestados pela Auditoria

Contratante	Contratação		Natureza do serviço	Honorários (R\$)
	Início	Fim		
Caixa Seguridade	01/01/2016	31/12/2016	Relatório de exame e revisão de apuração de impostos e contribuições, do cumprimento das obrigações acessórias e das estruturas de gerenciamento de risco	267.975,00
Caixa Seguros	01/01/2016	31/12/2016	Auditoria das Demonstrações Financeiras	1.995.200,00
Caixa Seguros	01/01/2016	31/12/2016	Prestação de serviços de auditoria atuarial	514.470,00
Caixa Seguros	01/01/2016	31/12/2016	Outros serviços/treinamentos	199.375,00
PAN Seguros	01/01/2016	31/12/2016	Auditoria das Demonstrações Financeiras	198.321,00
Pan Corretora	01/01/2016	31/12/2016	Auditoria das Demonstrações Financeiras	373.761,00

11. Agradecimento

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e dedicação, à rede de distribuição e colaboradores da Caixa Econômica Federal, aos nossos parceiros e clientes pela confiança.

Brasília, 2017

A administração

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	474.154	682.512	489.523	682.612
Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	218.739	52.013	218.838	52.113
Dividendos a receber	119.406	516.103	134.676	516.103
Juros sobre capital próprio a receber (nota 19 (b3))	98.668	80.047	98.668	80.047
Valores a receber (nota 9)	37.311	34.321	37.311	34.321
Ativos por impostos correntes	30	28	30	28
Não circulante	3.458.651	3.018.550	3.443.282	3.018.450
Investimentos em participações societárias (nota 10)	3.458.651	3.018.550	3.443.282	3.018.450
Total do ativo	3.932.805	3.701.062	3.932.805	3.701.062

Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	162.297	645.180	162.297	645.180
Valores a pagar (nota 12)	5.301	501.967	5.301	501.967
Dividendos a pagar (nota 14 (f))	142.816	127.028	142.816	127.028
Passivos por impostos correntes	14.180	16.185	14.180	16.185
Não circulante	323	-	323	-
Valores a pagar de longo prazo (nota 19 (c))	323	-	323	-
Patrimônio líquido	3.770.185	3.055.882	3.770.185	3.055.882
Capital social (nota 14(a))	2.756.687	2.756.687	2.756.687	2.756.687
Reservas (nota 14(c))	973.519	407.826	973.519	407.826
Ajuste de avaliação patrimonial (nota 14(d))	39.979	(108.631)	39.979	(108.631)
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.932.805	3.701.062	3.932.805	3.701.062

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016		21 de maio a 31 de dezembro de 2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receitas operacionais	1.274.862	1.274.862	610.647	610.681
Resultado de investimentos em participações societárias (nota 10)	946.777	946.777	474.592	474.626
Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca (nota 15)	328.085	328.085	136.055	136.055
Outras receitas/(despesas) operacionais	(64.615)	(64.615)	(19.753)	(19.787)
Despesas administrativas (nota 16)	(21.206)	(21.206)	(2.169)	(2.169)
Despesas tributárias (nota 18)	(42.093)	(42.093)	(17.518)	(17.518)
Outras receitas/despesas operacionais	(1.316)	(1.316)	(66)	(100)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	1.210.247	1.210.247	590.894	590.894
Resultado financeiro	14.104	14.104	1.939	1.939
Receitas financeiras (nota 8)	20.114	20.114	1.939	1.939
Despesas financeiras (nota 17)	(6.010)	(6.010)	-	-
Resultado Antes de Impostos e Participações	1.224.351	1.224.351	592.833	592.833
Imposto de renda e contribuição social correntes (nota 11)	(133.951)	(133.951)	(57.979)	(57.979)
Participação nos resultados (nota 19(c))	(807)	(807)	-	-
Lucro líquido do período	1.089.593	1.089.593	534.854	534.854
Quantidade de ações - em milhares	1.200.000	1.200.000	1.200.000	1.200.000
Lucro por ação - R\$ (Nota 14 (e))	0,90799	0,90799	0,44571	0,44571

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016		21 de maio a 31 de dezembro de 2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro líquido do período	1.089.593	1.089.593	534.854	534.854
Itens passíveis de reclassificação para resultado (+/-) Participação nos resultados abrangentes de investidas (nota 14 (d))	148.610	148.610	(103.457)	(103.457)
Resultado abrangente do período	1.238.203	1.238.203	431.397	431.397

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO PERÍODO					
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					
Eventos	Capital social	Reservas	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 21 de maio de 2015	100	-	-	-	100
Aumento de capital (AGE 26/06/2015)	100	-	-	-	100
Aumento de capital (AGE 30/06/2015)	2.798.767	-	-	-	2.798.767
Constituição de reserva de capital	-	457.720	-	-	457.720
Incorporação da reserva de capital ao capital social (AGE 30/12/2015)	457.720	(457.720)	-	-	-
Redução do capital ao capital social (AGE 30/12/2015)	(500.000)	-	-	-	(500.000)
Ajuste a valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(108.631)	-	(108.631)
Lucro líquido do período	-	-	-	534.854	534.854
Dividendos ordinários propostos (nota 14(f))	-	-	-	(127.028)	(127.028)
Constituição de reserva legal (nota 14(c))	-	26.743	-	(26.743)	-
Constituição de reserva de lucros (nota 14 (c))	-	381.083	-	(381.083)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.756.687	407.826	(108.631)	-	3.055.882
Dividendos - Realização de reserva de lucros	-	(381.084)	-	-	(381.084)
Ajuste a valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	148.610	-	148.610
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.089.593	1.089.593
Dividendos ordinários propostos (nota 14(f))	-	-	-	(142.816)	(142.816)
Constituição de reserva legal (nota 14(c))	-	54.480	-	(54.480)	-
Constituição de reserva de lucros (nota 14 (c))	-	892.297	-	(892.297)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.756.687	973.519	39.979	-	3.770.185

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016		21 de maio a 31 de dezembro de 2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fluxos de caixa proveniente das atividades operacionais				
Recebimento de receitas de acesso à rede e uso da marca		325.149		325.149
Recebimento de dividendos		1.015.626		1.015.626
Pagamento de despesas administrativas		(17.825)		(17.826)
Pagamento de despesas operacionais		(1.249)		(1.249)
Pagamento de atualização de dividendos (nota 14(f))		(6.212)		(6.212)
Tributos sobre folha recolhidos		(621)		(621)
Tributos sobre receitas pagos		(42.550)		(42.550)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(115.205)		(115.205)
Juros recebidos		20.090		20.090
Tributos sobre aplicações		(2.569)		(2.569)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.174.634		1.174.633
Fluxos de caixa proveniente das atividades de investimento				
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento				
Fluxos de caixa proveniente das atividades de financiamento				
Pagamento de dividendos (nota 14(f))		(507.908)		(507.908)
Redução/Aumento de capital social		(500.000)		(500.000)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		(1.007.908)		(1.007.908)
Aumento(redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		166.726		166.725
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		52.013		52.013
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		218.739		218.838

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Reconciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa operacional

Descrição	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016		21 de maio a 31 de dezembro de 2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro líquido do exercício	1.089.593	1.089.593	534.854	534.854
Resultado de equivalência patrimonial	(946.777)	(946.777)	(474.592)	(474.626)
Recebimento de dividendos	1.015.626	1.015.626	-	-
Participações no resultado	(202)	(202)	66	100
Variação de valores a receber	(2.990)	(2.990)	(34.321)	(34.321)
Variação de outros ativos	-	-	-	-
Variação de valores a pagar	3.657	3.656	1.967	1.967
Variação de ativos e passivos por impostos correntes	15.727	15.727	23.940	23.940
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.174.634	1.174.633	51.913	51.913

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do valor adicionado	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016		21 de maio a 31 de dezembro de 2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receitas	328.085	328.085	136.055	136.055
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	328.085	328.085	136.055	136.055
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	5.383	5.383	848	882
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	5.383	5.383	782	782
Perda/recuperação de valores ativos	-	-	66	100
Valor adicionado bruto	322.702	322.702	135.207	135.173
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	322.702	322.702	135.207	135.173
Valor adicionado recebido em transferência	966.891	966.891	476.531	476.565
Resultado de equivalência patrimonial	946.777	946.777	474.592	474.626
Receitas financeiras	20.114	20.114	1.939	1.939
Valor adicionado total a distribuir	1.289.593	1.289.593	611.738	611.738
Distribuição do valor adicionado	1.289.593	1.289.593	611.738	611.738
Pessoal	13.192	13.192	1.184	1.184
Remuneração direta	10.192	10.192	1.052	1.052
Benefícios	2.281	2.281	75	75
FGTS	719	719	57	57
Impostos, taxas e contribuições	178.382	178.382	75.654	75.654
Federais	178.382	178.382	75.654	75.654
Remuneração de capital de terceiros	8.426	8.426	46	46
Aluguéis	293	293	46	46
Outras	8.133	8.133	-	-
Remuneração de capital próprios	1.089.593	1.089.593	534.854	534.854
Dividendos	142.816	142.816	127.028	127.028
Lucros retidos / Prejuízo do período	946.777	946.777	407.826	407.826

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

31 DE DEZEMBRO DE 2016
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 - Contexto operacional e informações gerais

A Caixa Seguridade Participações S.A. (denominada “CAIXA Seguridade”, “Companhia”, ou “Controladora”), empresa líder do Grupo CAIXA Seguridade (“Grupo CAIXA Seguridade” ou o “Grupo”) foi constituída como subsidiária integral da Caixa Econômica Federal (denominada “CAIXA”) em 21 de maio de 2015, em conformidade com a legislação brasileira, por prazo indeterminado, tendo por objeto social a aquisição de participações societárias ou a participação, direta ou indireta, como sócia ou quotista do capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior, cujo objeto social seja a estruturação e comercialização de seguros nos diversos ramos, planos de previdência complementar e planos de capitalização, administração, comercialização e disponibilização de planos privados de assistência médica e odontológica, corretagem desses produtos, além da estruturação, administração e comercialização de consórcios e realização de operações de resseguro e retrocessão no País e no Exterior.

Ao longo de 2016, a Companhia procedeu com a lotação do quadro de funcionários autorizado, o que elevou as despesas administrativas observadas no exercício. A CAIXA Seguridade, neste contexto, acompanha a evolução de cenários macroeconômicos que podem trazer reflexos à dinâmica de seus negócios e dos negócios de suas participações societárias.

A Companhia, inscrita sob o CNPJ nº 22.543.331/0001-00, tem sua sede localizada no Setor Bancário Sul – SBS, Q. 4, Bloco A, Lote 3/4, Edifício CEF Matriz 1, 19º andar – Brasília – Distrito Federal – Brasil.

Descrevemos a seguir as principais participações diretas da CAIXA Seguridade que compõem essas demonstrações contábeis da controladora e consolidadas:

a) Caixa Seguros Holding S.A. (“CAIXA Seguros”)

Empresa constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto social a participação como acionista ou sócia, em sociedades empresariais que exploram atividades de seguro em todos os ramos, incluindo saúde e dental; planos de capitalização; planos de previdência privada aberta, nas modalidades pecúlio e renda; a administração de consórcio; e atividades correlatas ou complementares às descritas anteriormente.

Esta empresa apresenta o capital social dividido em 51,75% das ações em nome do grupo francês CNP Assurances e ,48,21%

e) Composição dos investimentos em participações societárias, diretos e indiretos, da CAIXA Seguridade:

Empresa	Descrição	% de participação da Companhia	
		31/12/2016	
		Direta	Indireta
CAIXA Holding:	A CAIXA Holding Securitária tem por objeto social a aquisição de participações societárias em entidades autorizadas a funcionar pela Superintendência Nacional de Seguros Privados (SUSEP).	100,00	-
PAN Seguros	Trata-se de uma sociedade anônima fechada e tem como objetivo a exploração nos segmentos de seguros de pessoas (jurídicas e físicas), prestamista, habitacional, danos pessoais (DPVAT) e em seguros de danos. Suas operações estão inseridas em um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro.	-	48,99
PAN Corretora	Tem por objetivo a administração, orientação e corretagem de: a) seguros dos ramos elementares, b) seguros do ramo de vida e c) planos previdenciários.	-	49,00
Caixa Seguros:	A CAIXA Seguros tem por objeto social a participação, como acionista ou sócia, em sociedades empresariais, que exploram: i) atividade de seguros em todos os ramos, incluindo saúde e dental; ii) segmento de capitalização; iii) planos de previdência privada aberta, nas modalidades de pecúlio e renda; iv) administração de consórcio; v) atividades, correlatas ou complementares às atividades descritas anteriormente.	48,21	-
Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda.:	Subsidiária integral da CAIXA Seguros tem como objeto social a participação em outras sociedades que atuam no segmento regulado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.	-	48,21
Caixa Seguradora S.A.	Subsidiária integral da Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda. tem como objeto social a exploração de seguros de ramos elementares e vida.	-	48,21
Caixa Vida e Previdência S.A.	Subsidiária integral da Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda. tem como objeto social a comercialização de produtos de previdência complementar.	-	48,21
Caixa Capitalização S.A.	Controlada pela Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda., detentora de 51% de suas ações, tem como objeto social a comercialização de produtos de capitalização.	-	24,59
Youse Seg Participações Ltda.	Controlada da Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda. tem como objeto social a participação em outras sociedades. Está em análise pela SUSEP pedido de aprovação definitiva para sua transformação societária em Youse Seguradora S.A. que terá como objeto social a exploração de seguros de danos e de pessoas por meio de plataforma digital.	-	48,21
Caixa Seguros Administradora de Consórcios S.A.	Subsidiária integral da Companhia tem como objeto social a administração de grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis.	-	48,21
Caixa Seguros Assessoria e Consultoria Ltda.	Subsidiária integral da CAIXA Seguros tem como objeto social no ramo de consultoria e assessoria.	-	48,21
Caixa Seguros Especializada em Saúde S.A.	Subsidiária integral da CAIXA Seguros tem como objeto social a atuação como seguradora especializada em seguro-saúde.	-	48,21
FPC PAR Corretora de Seguros S.A.	Sociedade anônima de capital fechado tem como objeto social a corretagem de seguros e a assessoria e consultoria na área de seguros.	-	12,05
Caixa Seguros Participações do Sul Ltda.:	Subsidiária integral da CAIXA Seguros tem como objeto social a participação em outras sociedades.	-	48,21
Companhia de Seguros Previdência do Sul PREVISUL	Controlada pela Caixa Seguros Participações do Sul Ltda., detentora de 100% de suas ações, tem como objeto social a exploração de seguros de pessoas.	-	48,21
Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda.:	Subsidiária integral da CAIXA Seguros tem como objeto social a participação em outras sociedades.	-	48,21
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.	Subsidiária integral da Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda. tem como objeto social a atuação como operadora especializada em planos odontológicos.	-	48,21
CNPX S.A.S	Subsidiária integral da CAIXA Seguros na Colômbia que tem como objeto social a participação em outras sociedades.	-	48,21



Nota 2 - Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis comumente adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da CAIXA Seguridade em 13 de março de 2017.

Nota 3 - Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a moeda funcional).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da CAIXA Seguridade.

b) Reconhecimento de receitas e despesas

A receita de acesso à rede de distribuição e uso da marca compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, a título de remuneração pelo acesso para comercialização e distribuição dos produtos de seguros, planos de previdência complementar, planos de capitalização e cotas de grupos de consórcios disponibilizados na rede de distribuição CAIXA por instituições conveniadas, partes de contratos ou convênios operacionais previamente celebrados com o Grupo CAIXA Seguridade.

O Grupo reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo e as especificidades de cada transação.

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e reportadas nas demonstrações contábeis dos exercícios a que se referem.

O resultado de investimentos em participações societárias é auferido com a aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP), e reconhecido pelo valor da participação societária da CAIXA Seguridade nos resultados obtidos pelas sociedades investidas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem as disponibilidades em moeda nacional e os investimentos imediatamente conversíveis em caixa e sujeitos a baixo risco de mudança no valor.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa são apresentados na Nota 8 – Caixa e equivalentes de caixa.

d) Valores a receber

Os valores a receber correspondem as receitas, predominantemente oriundas de partes relacionadas, referentes às receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca CAIXA em seguros, planos de previdência complementar, planos de capitalização e cotas de grupos de consórcios. O prazo de recebimento é inferior a um ano, sendo a classificação registrada no ativo circulante.

e) Combinação de negócios

A aquisição de uma subsidiária por meio de combinação de negócios é registrada na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo, aplicando o método de aquisição. De acordo com este método, os ativos identificados (inclusive ativos intangíveis não reconhecidos previamente), passivos assumidos e passivos contingentes são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Eventuais diferenças positivas entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos são reconhecidas como ágio (“goodwill”). No caso de apuração de diferença negativa (ganho por compra vantajosa), o valor identificado é reconhecido no resultado do exercício em outras receitas operacionais.

Os custos de transação que o Grupo incorre em uma combinação de negócios, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, são registrados no resultado do exercício quando incorridos. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição.

Os resultados das subsidiárias adquiridas durante o período contábil são incluídos nas demonstrações contábeis desde a data de aquisição até o fim do exercício. Por sua vez, os resultados das subsidiárias alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações contábeis desde o início do exercício até a data da alienação, ou até a data em que a Companhia deixou de exercer o controle.

f) Investimentos em participações societárias

Os investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento inclui o ágio, bem como ativos intangíveis identificados na aquisição, se houver, líquido de quaisquer perdas por *impairment* acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos nas coligadas e empreendimentos controlados em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou empreendimentos controlados em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou empreendimentos controlados em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas ou empreendimentos controlados em conjunto são eliminados na proporção da participação. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

h) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social correntes e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferido ativo e passivo é apresentado líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral, são apresentados em separado, e não pelo líquido.

i) Dividendos distribuídos e juros sobre capital próprio

Os dividendos distribuídos são calculados sobre o lucro líquido ajustado do período.

O Grupo poderá a qualquer tempo levantar novas demonstrações financeiras em observância a qualquer determinação legal ou em razão de interesses societários, inclusive para deliberação de dividendos intermediários.

As companhias brasileiras podem atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre o seu capital próprio. Este valor de juros sobre o capital próprio é considerado como um dividendo.

Os dividendos distribuídos e os juros sobre capital próprio são reconhecidos como um passivo no final do exercício, sendo o valor acima do mínimo obrigatório provisionado na data de aprovação e deduzidos do patrimônio líquido.

O valor de dividendos distribuídos acima do mínimo obrigatório deve ser provisionado na data de aprovação e deduzidos do patrimônio líquido.

j) Apresentação de informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de acordo com o objeto social: i) investimento em participações societárias em outras sociedades, e ii) receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca de seguros, previdência complementar, planos de capitalização e cotas de grupos de consórcios.

Estes segmentos foram utilizados de modo consistente pelo tomador de decisões operacionais para a constituição da CAIXA Seguridade.

Nota 4 – Pronunciamentos e leis recentemente emitidas

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- IFRS 9 (CPC 48) – “Instrumentos financeiros” - Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abrange as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.
- IFRS 15 (CPC 47) – “Receita de Contratos com Cliente” – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 – “Contratos de Construção”, IAS 18 – “Receitas” e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção

Nota 5 - Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativa com relação ao futuro. Por definição, a estimativa contábil resultante raramente será igual aos respectivos resultados reais. A estimativa e premissa que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Definição da natureza do relacionamento com as investidas

- CAIXA Seguros: Conforme consta no Acordo de Acionistas e Outras Avenças, celebrado em 29 de dezembro de 2011, é

assegurado à CAIXA Seguridade (sucessora da CAIXAPAR) a participação nas decisões sobre as matérias relevantes nos aspectos operacionais, financeiros e estratégicos da CAIXA Seguros Holding S.A. caracterizando a existência de influência significativa sobre a coligada.

- PAN Seguros: Conforme consta no Acordo de Acionistas e Outras Avenças, celebrado em 21 de agosto de 2014 entre BTG Pactual holding de Seguros Ltda. e Caixa Participações S.A. (“CAIXAPAR”), outorgado à CAIXA Seguridade por ocasião da incorporação desse investimento, essas entidades declaram, para todos os efeitos legais, que são integrantes do grupo de controle da PAN Seguros. Dessa forma, fica caracterizado o controle conjunto da PAN Seguros.
- PAN Corretora: Conforme consta no Acordo de Sócios e Outras Avenças, celebrado em 21 de agosto de 2014 entre Banco BTG Pactual S.A. e Caixa Participações S.A. (“CAIXAPAR”), essas entidades declaram, outorgado à CAIXA Seguridade por ocasião da incorporação desse investimento, para todos os efeitos legais, que são integrantes do grupo de controle da PAN Corretora. Dessa forma, fica caracterizado o controle conjunto da PAN Corretora.

O quadro abaixo apresenta o resumo da natureza do relacionamento com as investidas:

Empresas	% de participação no capital votante	Natureza do Relacionamento	Método de Avaliação
	31/12/2016		
CAIXA Holding	100,00	Controlada	Consolidação
CAIXA Seguros	48,21	Coligada	MEP
PAN Seguros	48,99	Controle conjunto	MEP
PAN Corretora	49,00	Controle conjunto	MEP

b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Anualmente, é avaliado com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, são utilizadas estimativas para definição do valor recuperável (*impairment*) do ativo.

Anualmente, é avaliado se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o valor recuperável desse ativo é estimado.

Independentemente de haver qualquer indicação de perda no valor recuperável, é efetuado anualmente o teste de imparidade de um ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo o ágio adquirido em uma combinação de negócios ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso.

A determinação do valor recuperável na avaliação de imparidade de ativos não financeiros requer estimativas baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas, exigindo que a Administração faça julgamentos subjetivos e adote as premissas.

Nota 6 - Gerenciamento de riscos

A CAIXA Seguridade é uma empresa *holding* na qual a origem do resultado deve-se, essencialmente, à equivalência patrimonial de suas coligadas e empreendimentos controlados em conjunto e a receita de acesso à rede de distribuição da CAIXA.

O Grupo CAIXA Seguridade entende que o gerenciamento de riscos é fundamental para o planejamento estratégico e financeiro. Dessa forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta.

A Caixa Seguridade criou em 2016 a Diretoria de Governança, Riscos e Controles Internos para onde migrou a área de gerenciamento de riscos, controles internos e compliance, anteriormente vinculada diretamente ao Diretor-Presidente. Esta área continua segregada das demais unidades da Companhia e adota instrumentos e estrutura que possibilitam a identificação, mensuração e avaliação dos riscos. Periodicamente, as informações sobre o gerenciamento de riscos, controles internos e compliance são geradas e fornecidas aos demais gestores da Caixa Seguridade, às instâncias deliberativas, fiscalizatórias, ao regulador e ao mercado.

A Companhia realiza ações de disseminação e manutenção da cultura de risco, promovendo o comprometimento dos colaboradores com a gestão rigorosa e abrangente dos riscos dentro de seu escopo de atuação.

A CAIXA Seguridade possui política de gerenciamento de riscos aprovada pelo Conselho de Administração com objetivo de manter a exposição aos riscos em níveis considerados aceitáveis por sua administração, assegurando a solvência, liquidez e sustentabilidade da Companhia.

Visando mantê-la adequada à natureza, complexidade, dimensão das exposições a riscos e compatível com os objetivos estratégicos da Companhia, esta política é revisada no mínimo anualmente e considera em suas atividades e operações os riscos de subscrição - exclusivo às empresas onde a Caixa Seguridade possui participação, de contágio, de crédito, de estratégia, legal ou jurídico, de liquidez, de mercado, operacional, de reputação ou de imagem e socioambiental.

a) Risco de subscrição

O risco de subscrição decorre da possibilidade de perdas superiores às expectativas das bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas, o que pode implicar na não geração de fluxos de caixa futuros para pagamento de benefícios.

Por ser uma Holding de participações, a Caixa Seguridade não está exposta de forma direta ao Risco de Subscrição, contudo, acompanha o gerenciamento desse risco nas empresas onde possui participação.

b) Risco de contágio

O Risco de Contágio decorre da possibilidade de que eventos adversos nas empresas do grupo impactem negativamente na Caixa Seguridade. Desta forma, por política, são realizadas ações junto às empresas onde a Caixa Seguridade tenha participação com o intuito de mitigar e evitar efeitos adversos nessas empresas que possam impactar nos negócios ou resultados da Companhia.

As participadas possuem estruturas e unidades de gerenciamento de riscos, controles internos e *compliance*, considerados mitigadores ao Risco de Contágio ao qual a Caixa Seguridade está exposta, principalmente através do Risco de Subscrição das suas participações.

c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de recursos, contrapartes de contratos ou relativos a emissões de títulos.

Na Caixa Seguridade, esse risco advém de exposições de crédito de valores a receber em aberto e de dividendos a receber de partes relacionadas. Consideramos baixo o risco de crédito de exposição originada por aplicações financeiras classificadas como “caixa e equivalentes de caixa”. A gestão de investimentos dos recursos financeiros da CAIXA Seguridade Participações S.A. se baseia em Política de Investimentos aprovada pelo Conselho de Administração. A seleção de ativos para composição da carteira de investimentos é aprovada por Comitê de Investimentos, sendo elegíveis para alocação títulos públicos federais; títulos de renda fixa com características e rentabilidade aderentes à meta de rentabilidade; títulos privados, observados os critérios de avaliação do risco de crédito definidos na política e cotas de Fundos de Investimento e de Fundos de Investimento em Cotas, cujas carteiras observem critérios de elegibilidade de ativos previstos.

O estabelecimento dos limites de concentração em títulos privados cabe ao Comitê de Investimentos.

Para avaliação quanto ao risco de crédito são utilizadas informações disponibilizadas pelo mercado, por *bureau* de informações, pelas agências de classificação de risco especializadas, por bancos oficiais federais, pelo Banco Central do Brasil, além de informações prestadas pela própria contraparte.

d) Risco de estratégia

O risco de estratégia decorre da possibilidade de mudanças adversas no ambiente de negócios ou de utilização de premissas inadequadas na tomada de decisão. Com base na política de gerenciamento de riscos da Companhia, as decisões são pautadas em estudos técnicos e aderentes ao Objeto Social e ao Planejamento Estratégico.

e) Risco legal ou jurídico

O risco legal ou jurídico é oriundo da possibilidade de perdas decorrentes do descumprimento de dispositivos legais ou regulamentares, das estratégias adotadas para atuação em demandas judiciais ou de contratos pouco claros ou mal documentados.

A Caixa Seguridade observa leis, normas, regulamentos e faz acompanhamento das jurisprudências vigentes relativas às demandas em que é parte. Todo contrato firmado pela Caixa Seguridade é precedido de análise jurídica por advogado ou escritório de advocacia contratado pela Instituição.

Adicionalmente, a Companhia conta com estrutura responsável pelo *compliance* que visa, dentre outros aspectos, manter a disseminação da cultura organizacional de controle e *compliance* de modo a zelar pela manutenção da aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da empresa às leis, normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis.

f) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de não honrar passivos em decorrência de dificuldades de caixa.

A Política de Gerenciamento de Riscos da Caixa Seguridade prevê que a quantidade de ativos líquidos desonerados e de alta qualidade devem ser suficientes para compensar as saídas líquidas de caixa no curto prazo e que as fontes de financiamento estáveis de longo prazo devem ser suficientes para suportar o descasamento de maturidade entre ativos e passivos.

Complementamente, o processo decisório de aceitação do risco de liquidez é pautado pela análise dos reportes que proporcionam uma visão precisa dos retornos gerados pelos instrumentos financeiros.

g) Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de perdas ocasionadas por mudanças nos preços de ativos ou passivos resultantes do comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*.

h) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas ou fraudes, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O gerenciamento do risco operacional tem caráter preventivo e considera os fatores internos (pessoas, processos e sistemas) e externos que podem afetar adversamente a realização dos objetivos da Caixa Seguridade.

A gestão do risco operacional está integrada à gestão de crises, continuidade de negócios e segurança da informação, com o objetivo de mitigar a exposição da Caixa Seguridade a riscos, reduzir perdas financeiras e assegurar que a realização das atividades e operações, consideradas críticas, ocorra de forma ininterrupta.

i) Risco de reputação ou de imagem

O risco de reputação ou de imagem decorre de percepção negativa sobre a instituição por parte de *stakeholders* como clientes, contrapartes, acionistas, investidores ou supervisores.

Assim, as notícias e fatos relacionados a Companhia são tratados de forma tempestiva observando-se as políticas e as normas internas e externas.

Nas tomadas de decisão, potencial percepção negativa sobre a instituição por partes interessadas (*stakeholders*) é levada em consideração.

j) Risco socioambiental

O risco socioambiental advém da possibilidade de perdas financeiras e de danos à imagem, decorrentes de potenciais danos socioambientais relacionados aos negócios da Companhia.

Com o intuito de mitigá-lo, a Política Socioambiental da Caixa Seguridade, aprovada pelo Conselho de Administração, apresenta diretrizes sobre melhores práticas socioambientais na gestão dos seus negócios.

k) Riscos relacionados aos investimentos

Nos tópicos seguintes, apresentamos informações relativas ao gerenciamento de riscos da Caixa Seguros Holding e da Pan Seguros, participadas da Caixa Seguridade que possuem estrutura própria de Gerenciamento de Riscos.

Destacamos abaixo a política de gerenciamento e os principais riscos aos quais estão expostas as controladas em conjunto e coligadas da Companhia, os quais impactam o resultado da Caixa Seguridade via equivalência patrimonial. As informações fornecidas abaixo estão dispostas nas Demonstrações Financeiras das companhias que compõem o grupo CAIXA Seguridade.

k.1) Caixa Seguros Holding - Gerenciamento de riscos

A estrutura do processo de Gerenciamento de Riscos da CAIXA Seguros Holding permite que os riscos de seguro, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

I. Risco de seguro

Risco de Seguro é o risco transferido do detentor do contrato para o emitente que não seja um risco financeiro, em outras palavras, o risco de seguro é um risco preexistente, transferido do segurado para a seguradora. A definição de Risco de Seguro refere-se ao risco que a seguradora aceita do segurado e Gestão de Riscos é o enfoque estruturado que alinha estratégia, processos, pessoal, tecnologia e conhecimento, com o objetivo de avaliar e gerenciar essas incertezas como forma de criação de valor.

A CAIXA Seguros dispõe de grande diversidade de produtos, incluindo seguro de vida, patrimoniais, planos de capitalização e planos de previdência, para pessoas físicas e jurídicas. Neste ambiente os riscos inerentes as atividades da CAIXA Seguros são:



- Risco estratégico - Falta de capacidade da CAIXA Seguros em proteger-se, adaptar-se ou antecipar-se a mudanças (econômicas, tecnológicas, mercadológicas e etc.) que possam impedir o alcance dos objetivos e metas estabelecidas.
- Risco atuarial - Metodologias e/ou cálculos incorretos da tarificação do seguro, pela insuficiência da manutenção de tabelas de preços, bem como de reajustes periódicos a serem aplicados nas apólices, e pela inadequada constituição das provisões técnicas.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos da Organização permite que os riscos de seguro sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado através de um forte mecanismo de controle implantado, incluindo funções de gerenciamento de risco, funções de controle interno e funções de auditorias internas e *compliance*, independentes das linhas de negócios e outras segregações de funções necessárias. Um regime de alçadas está claramente delineado e padrões de operação bem definidos com normas, procedimentos e atribuições bem descritos, divulgados e monitorados.

A CAIXA Seguros conta com políticas de subscrição de risco, de prevenção à fraude, lavagem de dinheiro, e segurança da informação (implantadas e monitoradas), e com o trabalho de profissionais de risco e conformidade designados, conhecedores de suas atribuições e atuantes em todas as áreas.

II. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a CAIXA Seguros. As áreas-chave em que a CAIXA Seguros está exposto a ao risco de crédito são: i) parte ressegurada dos passivos de seguro; ii) montantes devidos pelos resseguradores referente a sinistros pagos; iii) montantes devidos pelos segurados referente a contratos de seguro; iv) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; v) montantes referente a empréstimos e recebíveis; e vi) montantes referente a títulos de dívidas.

A CAIXA Seguros está exposto a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *Moody's* entre outras. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos.

III. Risco de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a CAIXA Seguros honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo. Por meio da política de gerenciamento de liquidez são mantidos recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à medida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa.

No caso da CAIXA Seguros, o risco de liquidez é pouco expressivo, pois a carteira é constituída por ativos classificados como "para negociação", está concentrada em títulos públicos e inexistência de registro de obrigações de qualquer natureza.

IV. Risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da CAIXA Seguros de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à CAIXA Seguros, destacam-se: risco de taxa de juros, risco de preço de ações, risco de derivativos.

A metodologia utilizada pela CAIXA Seguros para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk* (VaR), o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros são definidos pela SUSEP, e os limites definidos pela Administração de forma conservadora. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do VaR, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos. O *Value at Risk* da carteira de investimentos da Caixa Seguros Holding em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 82 (2015 – R\$122.647). Sendo que este valor representa a perda máxima das aplicações financeiras da Companhia e suas Controladas para o horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

V. Risco operacional

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades de modo integrado é apoiado na sua estrutura de controles internos e *compliance*, que permite o aprimoramento contínuo da gestão de riscos e prevenção de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

O sistema de controles internos da CAIXA Seguros é baseado na metodologia e princípios do COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, segundo cinco componentes que, inter-relacionados constituem uma base integrada de riscos *ERM – Enterprise Risk Management*, visando dar suporte à CAIXA Seguros para gerenciar seus riscos de forma efetiva por meio da aplicação do processo de gestão de riscos em vários níveis e dentro de contextos específicos.

A gestão de riscos e controles na CAIXA Seguros é composta pelas Unidades de Auditoria, Controle e Conformidade, Contabilidade e Orçamento, Atuária e Controles dos Riscos Técnicos; independentes entre si, que trabalham de forma coordenada com o objetivo de garantir com razoável certeza a proteção dos ativos e o alcance dos objetivos estratégicos.

k.1.1) CAIXA Seguros – Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são realizadas em conformidade aos requerimentos estabelecidos pela SUSEP no âmbito das empresas operacionais da CAIXA Seguros Holding – investidas indiretas da CAIXA Seguridade, conforme demonstrado na Nota 1 - Contexto operacional e informações gerais, item "e" Composição dos investimentos em participações societárias, diretos e indiretos, da CAIXA Seguridade. Tais informações são levantadas e disponibilizadas conforme orientações e prazos determinados pela SUSEP.

Abaixo, são evidenciados os resultados das análises, líquidos dos efeitos tributários, com base nas premissas de 31 de dezembro de 2016, demonstrando os impactos de cada premissa no Resultado e no Patrimônio Líquido, além das análises de ativos e derivativos.

I. Bruto de resseguro

31/12/2016									
	Taxa	Taxa	Resgate / Cancelamento	Resgate / Cancelamento	Mortalidade / Sinistralidade	Mortalidade / Sinistralidade	Conversibilidade	Conversibilidade	
	1%	-1%	10%	-10%	5%	-5%	10%	-10%	
Habitacional	-1,63%	1,73%	-1,19%	1,25%	-9,60%	9,65%	-	-	
Pessoas Individual e Coletivo	0,23%	-0,23%	-5,03%	5,52%	-4,70%	4,71%	-	-	
Automóvel	-1,19%	1,20%	0,00%	0,00%	-12,03%	12,03%	-	-	
Demais	-1,03%	1,05%	0,07%	-0,08%	-2,68%	2,68%	-	-	
Caixa Seguros	-1,00%	1,06%	-2,35%	2,54%	-7,97%	8,01%	-	-	
PGBL-VGBL	1,99%	-2,36%	-8,36%	9,40%	0,00%	0,00%	0,45%	-0,50%	
Risco	-5,20%	5,84%	-9,29%	10,88%	-1,90%	1,91%	0,00%	0,00%	
Conjugado	-1,40%	1,47%	-7,44%	8,39%	-0,80%	0,80%	0,06%	-0,07%	
Caixa Vida e Previdência	0,36%	-0,51%	-8,36%	9,47%	-0,42%	0,42%	0,34%	-0,40%	
Caixa Saúde	-0,53%	0,54%	-1,64%	1,62%	-8,62%	8,62%	-	-	
Previsul	0,64%	-0,65%	-4,97%	5,46%	-5,52%	5,52%	-	-	
Odonto Empresas	-0,16%	0,16%	-5,67%	5,13%	-3,92%	3,92%	-	-	
Grupo Caixa Seguros	-0,42%	0,39%	-4,95%	5,54%	-4,89%	4,92%	0,11%	-0,13%	

31/12/2015									
Sensibilidade	Taxa	Taxa	Resgate / Cancelamento	Resgate / Cancelamento	Mortalidade / Sinistralidade	Mortalidade / Sinistralidade	Conversibilidade	Conversibilidade	
	1%	-1%	10%	-10%	5%	-5%	10%	-10%	
Habitacional	-0,66%	0,69%	-0,76%	0,79%	-9,98%	10,02%	-	-	
Pessoas Individual e Coletivo	0,29%	-0,29%	-4,65%	5,06%	-5,31%	5,32%	-	-	
Automóvel	-0,88%	0,89%	0,00%	0,00%	-8,02%	8,02%	-	-	
Demais	-1,52%	1,54%	0,00%	0,00%	-3,67%	3,67%	-	-	
Caixa Seguros	-0,30%	0,31%	-2,02%	2,17%	-8,31%	8,34%	-	-	
PGBL-VGBL	2,12%	-2,75%	-7,12%	7,81%	0,00%	0,00%	0,26%	-0,28%	
Risco	-2,36%	2,51%	-6,02%	6,66%	-2,00%	2,00%	0,00%	0,00%	
Conjugado	-1,10%	1,14%	-7,18%	8,04%	-0,84%	0,84%	0,07%	-0,08%	
Caixa Vida e Previdência	1,05%	-1,48%	-6,98%	7,68%	-0,39%	0,39%	0,21%	-0,23%	
Caixa Saúde	-1,92%	1,96%	-1,29%	1,29%	-45,87%	45,87%	-	-	
Previsul	0,13%	-0,17%	-7,26%	8,16%	-38,58%	38,58%	-	-	
Odonto Empresas	-0,11%	0,11%	-9,47%	8,50%	-5,45%	5,45%	-	-	
Grupo Caixa Seguros	-0,26%	0,42%	-4,04%	4,42%	-5,29%	5,31%	0,06%	-0,06%	

II. Líquido de resseguro

31/12/2016									
Sensibilidade	Taxa	Taxa	Resgate / Cancelamento	Resgate / Cancelamento	Mortalidade / Sinistralidade	Mortalidade / Sinistralidade	Conversibilidade	Conversibilidade	
	1%	-1%	10%	-10%	5%	-5%	10%	-10%	
Habitacional	-1,51%	1,59%	-1,10%	1,15%	-8,86%	8,90%	-	-	
Pessoas Individual e Coletivo	0,21%	-0,21%	-4,64%	5,09%	-4,33%	4,34%	-	-	
Automóvel	-1,09%	1,11%	0,00%	0,00%	-11,10%	11,10%	-	-	
Demais	-0,95%	0,97%	0,07%	-0,07%	-2,47%	2,47%	-	-	
Caixa Seguros	-0,92%	0,98%	-2,17%	2,34%	-7,35%	7,39%	-	-	
PGBL-VGBL	1,83%	-2,18%	-7,71%	8,67%	0,00%	0,00%	0,41%	-0,46%	
Risco	-4,80%	5,39%	-8,57%	10,03%	-1,76%	1,76%	0,00%	0,00%	
Conjugado	-1,29%	1,35%	-6,87%	7,74%	-0,74%	0,74%	0,05%	-0,06%	
Caixa Vida e Previdência	0,33%	-0,47%	-7,71%	8,74%	-0,38%	0,39%	0,31%	-0,37%	
Caixa Saúde	-0,53%	0,53%	-1,61%	1,60%	-8,51%	8,51%	-	-	
Previsul	0,59%	-0,60%	-4,59%	5,04%	-5,09%	5,09%	-	-	
Odonto Empresas	-0,15%	0,15%	-5,60%	5,07%	-3,87%	3,87%	-	-	
Grupo Caixa Seguros	-0,39%	0,36%	-4,57%	5,11%	-4,52%	4,54%	0,10%	-0,12%	

Notas:

- a) As Empresas Caixa Capitalização e Caixa Consórcios não possuem produtos que atendam a definição de contrato de seguro segundo o CPC e por isso não constam nas análises de sensibilidade;
- b) Os contratos de resseguros são negociados na forma de Excesso de Danos (Resseguro de Catástrofe de Riscos Pessoais e Patrimoniais). Na construção dos quadros demonstrados nessa Seção levamos em conta o histórico de cessão de prêmios e recuperação de sinistros para estimar o efeito nos resultados Brutos e Líquidos de Resseguro; Registre-se, também, que temos resseguro na modalidade Quota Parte em ramos com baixo volume histórico de operações;
- c) Risco: coberturas adicionais de risco dos produtos de Previdência;
- d) Taxa de Juros: "+1%" e "-1%" na curva de taxa de desconto utilizada nas projeções;
- e) Resgates/Cancelamento: "+10%" e "-10%" nas curvas de Resgates (totais e parciais) utilizadas na CVP (Caixa Vida e Previdência) e nas Curvas de Permanência dos produtos da Caixa Seguros;
- f) Mortalidade: "+5%" e "-5%" na probabilidade de morte das tábuas quando for o caso ou na sinistralidade geral dos produtos; e
- g) Conversibilidade: "+10%" e "-10%" nos índices de conversibilidade em renda média por tipo de produto baseado na experiência da companhia.

31/12/2015									
Sensibilidade	Taxa	Taxa	Resgate / Cancelamento	Resgate / Cancelamento	Mortalidade / Sinistralidade	Mortalidade / Sinistralidade	Conversibilidade	Conversibilidade	
	1%	-1%	10%	-10%	5%	-5%	10%	-10%	
Habitacional	-0,61%	0,63%	-0,69%	0,72%	-9,14%	9,18%	-	-	
Pessoas Individual e Coletivo	0,26%	-0,27%	-4,26%	4,63%	-4,87%	4,87%	-	-	
Automóvel	-0,80%	0,81%	0,00%	0,00%	-7,35%	7,35%	-	-	
Demais	-1,39%	1,41%	0,00%	0,00%	-3,36%	3,36%	-	-	
Caixa Seguros	-0,27%	0,28%	-1,85%	1,99%	-7,61%	7,64%	-	-	
PGBL-VGBL	1,94%	-2,52%	-6,52%	7,15%	0,00%	0,00%	0,24%	-0,25%	
Risco	-2,16%	2,30%	-5,51%	6,10%	-1,83%	1,83%	0,00%	0,00%	
Conjugado	-1,00%	1,04%	-6,57%	7,36%	-0,77%	0,77%	0,06%	-0,07%	
Caixa Vida e Previdência	0,96%	-1,36%	-6,39%	7,03%	-0,36%	0,36%	0,20%	-0,21%	
Caixa Saúde	-1,90%	1,93%	-1,27%	1,27%	-45,28%	45,28%	-	-	
Previsul	0,12%	-0,15%	-6,65%	7,47%	-35,33%	35,33%	-	-	
Odonto Empresas	-0,10%	0,11%	-9,35%	8,39%	-5,38%	5,38%	-	-	
Grupo Caixa Seguros	-0,24%	0,39%	-3,70%	4,05%	-4,85%	4,86%	0,05%	-0,06%	

Notas:

- a) As Empresas Caixa Capitalização e Caixa Consórcios não possuem produtos que atendam a definição de contrato de seguro segundo o CPC e por isso não constam nas análises de sensibilidade;
- b) Os contratos de resseguros são negociados na forma de Excesso de Danos (Resseguro de Catástrofe de Riscos Pessoais e Patrimoniais). Na construção dos quadros demonstrados nessa Seção levamos em conta o histórico de cessão de prêmios e recuperação de sinistros para estimar o efeito nos resultados Brutos e Líquidos de Resseguro; Registre-se, também, que temos resseguro na modalidade Quota Parte em ramos com baixo volume histórico de operações;
- c) Risco: coberturas adicionais de risco dos produtos de Previdência;
- d) Taxa de Juros: "+1%" e "-1%" na curva de taxa de desconto utilizada nas projeções;
- e) Resgates/Cancelamento: "+10%" e "-10%" nas curvas de Resgates (totais e parciais) utilizadas na CVP (Caixa Vida e Previdência) e nas Curvas de Permanência dos produtos da Caixa Seguros;
- f) Mortalidade: "+5%" e "-5%" na probabilidade de morte das tábuas quando for o caso ou na sinistralidade geral dos produtos; e
- g) Conversibilidade: "+10%" e "-10%" nos índices de conversibilidade em renda média por tipo de produto baseado na experiência da companhia.



III. Carteira de ativos

A carteira de derivativos da Companhia possui apenas contratos futuros de taxa de juros.

Nos contratos futuros de taxa de juros, as partes envolvidas no negócio se comprometem a comprar ou vender certa quantidade de um ativo por um preço estipulado para a liquidação em data futura. Os compromissos são ajustados diariamente às expectativas do mercado referentes ao preço futuro daquele bem, por meio do ajuste diário, mecanismo que apura perdas e ganhos.

As operações de contrato de taxa de juros são utilizadas para mitigação do risco de mercado atrelado aos ativos prefixados existentes na carteira. O risco a que essa modalidade de derivativo está exposta refere-se às variações na taxa de juros, mais especificamente uma queda na taxa de juros, que implica uma perda em cada vencimento de DI.

A análise de sensibilidade foi baseada em três cenários, “provável”, “possível” e “remoto”, os quais avaliam os impactos sobre as posições da carteira em derivativos. O cenário “provável” foi elaborado a partir da série histórica de dados dos derivativos, enquanto o “possível” e o “remoto” foram obtidos com a proporção de 25% e 50% de perda, respectivamente.

Somente são admitidas posições em derivativos cujos vencimentos coincidem com o vencimento do respectivo ativo-base, sendo vedadas posições sem a devida cobertura do ativo-base.

Ressaltamos que as perdas incorridas numa possível desvalorização dos derivativos são compensadas por ganhos nas posições dos ativos.

A exposição em derivativos da Companhia e nas subsidiárias consecutivamente está concentrada na modalidade DI-Compromisso - Compra, o risco assumido é de alta de juros e os valores em cada cenário estão assim distribuídos:

31/12/2016				
CAIXA Seguros - Controladora				
Descrição/Tipo	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
DI - Compromissos / Compra	Alta de Juros	(784)	(3.334)	(5.158)
Total		(784)	(3.334)	(5.158)

31/12/2016				
CAIXA Seguros - Consolidado				
Descrição/Tipo	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
DI - Compromissos / Compra	Alta de Juros	(358.928)	(1.586.373)	(2.522.050)
Total		(358.928)	(1.586.373)	(2.522.050)

31/12/2015				
CAIXA Seguros - Controladora				
Descrição/Tipo	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
DI - Compromissos / Compra	Alta de Juros	(1.490)	(6.448)	(10.103)
Total		(1.490)	(6.448)	(10.103)

31/12/2015				
CAIXA Seguros - Consolidado				
Descrição/Tipo	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
DI - Compromissos / Compra	Alta de Juros	(167.328)	(725.739)	(1.138.570)
Total		(167.328)	(725.739)	(1.138.570)

k.1.2) CAIXA Seguros – Teste de adequação dos passivos (TAP) e provisões técnicas

Conforme requerido pelo CPC 11, a CAIXA Seguros efetuou teste de adequação dos passivos para todos os contratos que atendam à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estejam vigentes na data de execução do teste.

Para esse teste, a CAIXA Seguros elaborou uma metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos foram agrupados conforme os grupos de ramos estabelecidos em regulamentação específica e os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente, a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP, conforme determina a legislação. No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida. Para o cálculo das estimativas de sobrevivência e de morte, foram utilizadas as tábuas BR-EMS, vigentes no momento da realização do teste.

Como conclusão dos testes realizados não foram encontradas insuficiências em nenhum dos agrupamentos analisados, para os períodos apresentados, exceto para o grupo de Seguro Habitacional Fora do SFH (ramos 1061/1065/1068) relativo aos produtos em *Run-Off* de taxa única e/ou que passaram por significativa redução de tarifas. A insuficiência observada para o grupo em questão, no valor de R\$ 873 milhões, foi provisionada integralmente dentro da PCC (Provisão Complementar de Cobertura) conforme estabelece a legislação vigente. Informamos que não aplicamos o teste de adequação de passivos aos contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT e DPEM por serem materiais.

Em se tratando da Caixa Vida e Previdência foram encontradas insuficiências para o produto “*FederalPrev*”, e o qual foi compensado com o resultado dos demais produtos. Sendo assim não foi necessária a constituição de PCC. Para os demais produtos não se constatarem insuficiências em nenhum dos agrupamentos analisados, dentro dos períodos apresentados.

O Estudo atuarial contendo o TAP foi assinado pelo Atuário Técnico Responsável e pelo Diretor Técnico estando disponível na sede da CAIXA Seguros para o órgão regulador e demais fiscalizações.

As Provisões Técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas. Adicionalmente, é realizada ainda, auditoria atuarial independente nas empresas Caixa Seguradora, Caixa Vida e Previdência, Caixa Capitalização e Previsul, com o objetivo de avaliar de forma autônoma e imparcial os principais procedimentos e cálculos atuariais, relacionados a provisões técnicas, bases de dados, limites de retenção, ativos redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, capital mínimo requerido dentre outros aspectos que afetam a solvência da Companhia, sendo de periodicidade anual, com data-base em 31 de dezembro.

k.2) PAN Seguros – Gerenciamento de riscos

A área de Governança, Riscos e *Compliance* (GRC) da PAN Seguros é a responsável por identificar, monitorar, avaliar e acompanhar o gerenciamento dos riscos inerentes às atividades operacionais da Seguradora por meio do desenvolvimento e manutenção de uma estrutura de controles internos efetiva que mitigue os riscos identificados e dê o suporte necessário às demais áreas operacionais visando o uso eficiente dos recursos próprios e de terceiros com vistas a maximizar o benefício dos acionistas, administradores, segurados, fornecedores e colaboradores da Seguradora. A PAN Seguros em virtude de suas atividades operacionais tem exposição às seguintes categorias de risco: Risco de Seguros, Risco Operacional, Risco Subscrição, Risco Financeiro e Risco de Capital. A Seguradora estabelece diretrizes para a identificação, monitoramento, avaliação e gerenciamento de cada uma destas categorias de risco, conforme apresentado a seguir.

I. Risco de Seguros

O principal risco relacionado a seguros é de que a frequência ou severidade dos sinistros ocorridos seja maior do que o estimado. O risco de seguro inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência e severidade dos sinistros.

O gerenciamento do risco de seguros consiste na aplicação da teoria da probabilidade e de critérios atuariais na precificação, que considera o valor do prêmio de seguro, bem como o adequado provisionamento das reservas técnicas.

No momento da contratação de um contrato de seguro, o segurado transfere para a Seguradora (subscritor), o risco da ocorrência do sinistro sobre o bem segurado e está assume a responsabilidade por indenizar o segurado no caso da ocorrência de sinistro durante o período de vigência da apólice em virtude do recebimento do montante de prêmio pago pelo segurado.

II. Risco Operacional

O risco operacional está relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas em virtude de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, sistemas operacionais ou de eventos externo.

O gerenciamento do risco operacional é realizado periodicamente em conjunto com as áreas operacionais por meio de reuniões com os gestores das áreas de negócio visando a construção de uma estrutura de governança e controles internos efetiva. Além disso, anualmente ou sempre que há necessidade é realizada a atualização do sistema normativo que estabelece diretrizes com as melhores práticas de governança a serem seguidas, bem como do Plano de Continuidade de Negócios (PCN). Periodicamente é feito o mapeamento de riscos visando a identificação de possíveis exposições a que a Seguradora está sujeita, o que inclui a criação de controles que mitiguem a ocorrência de perdas no caso de falha na execução de algum controle, além de garantir a tratamento das causas a fim de evitar novas ocorrências.

III. Risco de Subscrição

O risco de subscrição é oriundo de uma situação econômica adversa, que contraria tanto as expectativas da PAN Seguros quanto às incertezas existentes na definição de premissas atuariais que são base para precificação, contemplando o valor de prêmio e a adequada constituição das provisões técnicas, ou seja, é o risco de que a frequência ou severidade dos sinistros que venham a ocorrer sejam maiores do que os que foram inicialmente estimados pela PAN Seguros.

Os principais objetivos da análise de subscrição são: Fornecer subsídios para a adequada aceitação de riscos pela PAN Seguros com base em seu apetite de risco, contemplando precificação, limites de retenção e aceitação por carteira/ramo; Verificar a necessidade de pulverização do risco a ser aceito por meio da contratação de resseguro/cosseguro para determinada carteira/ramo de forma a reduzir o impacto de riscos isolados; Garantir o alcance de resultado operacional.

As principais exposições relacionadas ao risco de subscrição são:

- Precificação ou subscrição (aceitação de risco) inadequada;
- Pulverização ou transferência de risco por meio de resseguro/cosseguro inadequada;
- Flutuações na frequência e severidade nos eventos ocorridos ou no pagamento de indenização em relação ao que foi estimado inicialmente;
- Insuficiência ou supervalorização na constituição de Provisão Técnicas.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado por meio das seguintes etapas do processo de aceitação de riscos da PAN Seguros:

- Desenvolvimento do produto com apoio de metodologia atuarial adequada e em linha com as demandas regulatórias vigentes e que deve contemplar: avaliação, mensuração e precificação adequada do risco sob análise para aceitação, incluindo a Nota Técnica Atuarial, Condições Gerais do produto e Limite de Retenção por carteira/ramo;
- Meios de comercialização do produto;
- Análise de aceitação em linha com o apetite de risco da PAN Seguros; e
- Avaliação da sinistralidade esperada para a carteira/ramo.

A PAN Seguros realiza operações de resseguro com os objetivos de pulverizar e transferir parte do risco com vistas a manter/ aumentar a capacidade da PAN Seguros para assumir riscos; garantir resultado operacional; e reduzir o impacto de possíveis desvios na sinistralidade apresentada pela carteira/ramo;

No quadro a seguir são apresentados os principais resseguradores com os quais a PAN Seguros mantém contrato em 31 de dezembro de 2016.

Ressegurador	Classificação
Austral Resseguradora S.A.	Local
BTG Pactual Resseguradora S.A.	Local
IRB Brasil Resseguros S.A.	Local

IV. Risco financeiro

Os riscos relacionados a carteira de investimentos são acompanhados mensalmente pela Diretoria Financeira da PAN Seguros com base nas diretrizes estabelecidas na Política de Investimento a qual é revisada periodicamente. O risco financeiro é dividido em riscos de crédito, liquidez e mercado.

V. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado à possibilidade de perdas financeiras decorrentes do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas obrigações financeiras junto à Companhia ou à deterioração na classificação de risco de um tomador ou contraparte, por agências de rating que possa comprometer o cumprimento de suas obrigações.

APAN Seguros adota um perfil conservador em seus investimentos, tendo sua carteira composta em sua maior parte por títulos públicos, em razão disso, a classificação do risco de crédito da carteira de investimento é avaliada pela PAN Seguros como baixo. A política de Investimento foi elaborada em linha com os limites de alocação por emissor e modalidade de investimento estabelecidos na Resolução CMN 4.484/2016.

A PAN Seguros opera principalmente nos ramos de massificados, que tem por característica um estipulante (pessoa jurídica) como responsável pelo repasse dos prêmios de seguros. A avaliação da qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes é baseada, principalmente, em níveis de crédito reconhecidos e outras informações públicas disponíveis.

O gerenciamento do risco de crédito adotado pela PAN Seguros é um processo contínuo e considera o monitoramento periódico dos tomadores e contrapartes com os quais a PAN Seguros mantém compromissos junto às agências de rating (Fitch Ratings ou equivalente).

VI. Risco de liquidez

Periodicamente a Seguradora avalia seus ativos (carteira de investimento, créditos das operações com seguro e resseguro, ativos de resseguro, caixa e equivalentes de caixa) e passivos (provisões técnicas, saldo de contas a pagar, débitos das operações com seguros e resseguros e depósito de terceiros), por meio do fluxo de caixa contratual não descontado.

A Gestão de risco de liquidez é efetuada pela seguradora através do monitoramento do cumprimento da legislação emitida pela SUSEP e CMN principalmente no que diz respeito a cobertura das provisões técnicas por ativos garantidores, suficiência de capital e solvência.

VII. Risco de mercado

O risco de mercado está associado a perdas potenciais em decorrência de exposições relacionadas aos fatores de risco decorrentes da composição da carteira de investimentos, tais como: taxa de juros, índice de preços e oscilação no preço de ações e debêntures.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado com o objetivo de monitorar as exposições às quais a PAN Seguros está sujeita, sendo os principais fatores de risco:

- Taxas de juros: riscos de taxa de juros diferentes na precificação de ativos e passivos, bem como de oscilações inesperadas na inclinação, curvatura e/ou convexidade das estruturas a termo vigentes no mercado e de alterações nas correlações entre diferentes taxas de juros;
- Índice de Preços: risco de oscilação nos índices de preço, tais como o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- Preço de ações: risco de perda em virtude da oscilação no preço das ações em que a PAN Seguros tenha exposição.

Análise de sensibilidade de Risco de Mercado

O risco de mercado é mensurado por meio do *VaR* (*Value at Risk*) com o objetivo de avaliar o impacto desses fatores de risco (taxa de juros, índice de preços e preço de ações) sob condições normais e de estresse para a carteira de investimentos, conforme apresentado abaixo, representando a pior perda esperada em um dado horizonte de tempo (1 dia útil) e associado a um intervalo de confiança (95%).

Risco de capital

A PAN Seguros mantém capital em nível suficiente e adequado visando atender as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de maximizar o retorno sobre o capital de seus acionistas.

k.2.1) PAN Seguros – Análise de sensibilidade

O Teste de Sensibilidade visa demonstrar os efeitos quantitativos sobre o montante estimado de sinistros declarados no Passivo da PAN Seguros, bem como no Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e no Resultado, quando alterada alguma das variáveis aplicadas à metodologia de cálculo da provisão constituída numa determinada data base.

Neste contexto, o Teste de Sensibilidade realizado para a PAN Seguros, na data base de 31 de dezembro de 2016, foi aplicado sobre a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR), a Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) e a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), declaradas para todos os ramos operacionalizados pela PAN Seguros, sendo que os resultados poderão ser vistos a seguir:

Premissas Atuariais	31/12/2016				31/12/2015			
	Passivo (9)	Ativo (10)	PLA	Resultado (11)	Passivo (9)	Ativo (10)	PLA	Resultado (11)
Aumento de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à Provisão de IBNR (1)	4.664	827	2.110	2.110	3.179	451	1.637	1.637
Redução de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à Provisão de IBNR (2)	(4.664)	(827)	(2.110)	(2.110)	(3.179)	(451)	(1.637)	(1.637)
Aumento de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à PDR (referente ao IBNR) (3)	30	5	14	14	22	3	11	11
Redução de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à PDR (referente ao IBNR) (4)	(30)	(5)	(14)	(14)	(22)	(3)	(11)	(11)
Aumento de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PSL (5)	336	25	171	171	281	47	129	129
Redução de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PSL (6)	(336)	(25)	(171)	(171)	(281)	(47)	(129)	(129)
Aumento de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PDR (referente à PSL) (7)	22	3	11	11	9	1	5	5
Redução de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PDR (referente à PSL) (8)	(22)	(3)	(11)	(11)	(9)	(1)	(5)	(5)

(1) Aumentando em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade verificada da Provisão de IBNR e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas base analisadas.

(2) Reduzindo em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade verificada da Provisão de IBNR e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas base analisadas.

(3) Aumentando em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade da PDR (referente ao IBNR) e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas base analisadas.

(4) Reduzindo em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade da PDR (referente ao IBNR) e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas base analisadas.

(5) Aumento de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) declarada nas respectivas datas base analisadas, e mantendo as demais variáveis.

(6) Redução de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) declarada nas respectivas datas base analisadas, e mantendo as demais variáveis.

(7) Aumento de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da PDR (referente à PSL) declarada nas respectivas datas base analisadas, e mantendo as demais variáveis.

(8) Redução de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da PDR (referente à PSL) declarada nas respectivas datas base analisadas, e mantendo as demais variáveis.

(9) Valores que deverão ser adicionados ao passivo da seguradora, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.

(10) Valores que deverão ser adicionados ao ativo da seguradora, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.

(11) Valores obtidos após a dedução do Imposto de Renda e Contribuição Sindical.

k.2.2) PAN Seguros – Teste de adequação dos passivos (TAP) e provisões técnicas

Conforme Circular SUSEP Nº 517/2015 e alterações, que institui o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, PMBaC e PMBC, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuadas nas próprias provisões. Nesse caso, a Seguradora deverá recalcular o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente.

O TAP foi elaborado bruto de resseguro, e para a sua realização a seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP Nº 517/2015, ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos; posteriormente, entre seguros de Danos e seguros de Pessoas e, por fim, entre Prêmios Registrados e Prêmios Futuros, excluindo-se as operações com seguro DPVAT.

Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se a estimativa de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data base de dezembro de 2016, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de *Svensson* para interpolação e extrapolação das curvas de juros e o uso de algoritmos genéricos em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não-linear, para a estimação dos parâmetros do modelo.

O Modelo de *Svensson* é utilizado frequentemente no mercado econômico para estimação de curvas de juros. Este modelo representa uma extrapolação do modelo de *Nelson* e *Siegel* com a adição de um novo componente exponencial à curva de taxas a termo, considerando dois parâmetros adicionais.

Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Pan Seguros S/A de data base de 31 de dezembro de 2016, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado para os Grupos de Eventos a Ocorrer e de Eventos Ocorridos, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP Nº 517/2015, alterada pela 521/2015.

Por fim, esclarecemos que não houve alterações nos critérios de apuração das premissas atuariais do TAP de data base dezembro de 2016, quando comparado com o TAP de data base junho de 2016 e dezembro de 2015.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as legislações em vigor, ou seja, pela Resolução CNSP N. 321/15 e pela Circular SUSEP N. 517/2015 alterada pela N. 521/2015, e a partir das metodologias estabelecidas em Notas Técnicas Atuariais.

Nota 7 - Informações por segmento

A administração do Grupo CAIXA Seguridade entende que os melhores referenciais para apresentação das informações por segmento são os resultados de investimentos em participações societárias e as receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca.

a) Análise da receita por categoria

Empresas	Controladora e Consolidado		
	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016	21 de maio a 31 de dezembro de 2015	
Resultado de investimentos em participações societárias	946.777	474.626	
Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca	328.085	136.055	
Total	1.274.862	610.681	

b) Demonstração do resultado por categoria

Empresas	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016					
	Controladora			Consolidado		
	Resultado de investimentos em participações societárias	Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca	Total	Resultado de investimentos em participações societárias	Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca	Total
Receitas operacionais	946.777	328.085	1.274.862	946.777	328.085	1.274.862
Receitas da operação	946.777	328.085	1.274.862	946.777	328.085	1.274.862
Outras receitas(despesas) operacionais	(27.272)	(37.343)	(64.615)	(27.272)	(37.343)	(64.615)
Despesas administrativas ⁽¹⁾	(15.749)	(5.457)	(21.206)	(15.749)	(5.457)	(21.206)
Despesas tributárias ⁽²⁾	(10.546)	(31.547)	(42.093)	(10.546)	(31.547)	(42.093)
Outras despesas operacionais	(977)	(339)	(1.316)	(977)	(339)	(1.316)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	919.505	290.742	1.210.247	919.505	290.742	1.210.247
Resultado Financeiro	(4.463)	18.567	14.104	(4.463)	18.567	14.104
Receitas financeiras ⁽³⁾	-	20.114	20.114	-	20.114	20.114
Despesas financeiras	(4.463)	(1.547)	(6.010)	(4.463)	(1.547)	(6.010)
Resultado antes do participações, imposto de renda e contribuição social	915.042	309.309	1.224.351	915.042	309.309	1.224.351
Imposto de renda e contribuição social correntes ⁽⁴⁾	(33.561)	(100.390)	(133.951)	(33.561)	(100.390)	(133.951)
Participação nos resultados	(599)	(208)	(807)	(599)	(208)	(807)
Lucro líquido do período	880.882	208.711	1.089.593	880.882	208.711	1.089.593

(1) Despesas Administrativas: vide Nota 16 – Despesas Administrativas.

(2) Despesas Tributárias: vide Nota 18 – Despesas Tributárias.

(3) Receitas Financeiras: as receitas financeiras foram provenientes de aplicações de recursos recebidos relacionados com as receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca.

(4) IR e CSLL sobre JSCP: vide Nota 11 – Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL).



Empresas	21 de maio a 31 de dezembro de 2015					
	Controladora			Consolidado		
	Resultado de investimentos em participações societárias	Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca	Total	Resultado de investimentos em participações societárias	Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca	Total
Receitas operacionais	474.592	136.055	610.647	474.626	136.055	610.681
Receitas da operação	474.592	136.055	610.647	474.626	136.055	610.681
Outras receitas/(despesas) operacionais	(6.555)	(13.198)	(19.753)	(6.589)	(13.198)	(19.787)
Despesas administrativas ⁽¹⁾	(1.686)	(483)	(2.169)	(1.686)	(483)	(2.169)
Despesas tributárias ⁽²⁾	(4.869)	(12.649)	(17.518)	(4.869)	(12.649)	(17.518)
Outras despesas operacionais	-	(66)	(66)	(34)	(66)	(100)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	468.037	122.857	590.894	468.037	122.857	590.894
Resultado Financeiro	-	1.939	1.939	-	1.939	1.939
Receitas financeiras ⁽³⁾	-	1.939	1.939	-	1.939	1.939
Despesas financeiras	-	-	-	-	-	-
Resultado antes do participações, imposto de renda e contribuição social	468.037	124.796	592.833	468.037	124.796	592.833
Imposto de renda e contribuição social correntes ⁽⁴⁾	(41.878)	(16.101)	(57.979)	(41.878)	(16.101)	(57.979)
Lucro líquido do período	426.159	108.695	534.854	426.159	108.695	534.854

(1) Despesas Administrativas: vide Nota 16 – Despesas Administrativas.
(2) Despesas Tributárias: vide Nota 18 – Despesas Tributárias.
(3) Receitas Financeiras: as receitas financeiras foram provenientes de aplicações de recursos recebidos relacionados com as receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca.
(4) IR e CSLL sobre JSCP: vide Nota 11 – Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL).

Nota 8 – Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos bancários	26	314	125	414
Aplicações financeiras	218.713	51.699	218.713	51.699
Total	218.739	52.013	218.838	52.113

Aplicações financeiras	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Rendimento auferido em 2016
Certificados de depósitos bancários - CDB¹	218.713	19.687
Total	218.713	19.687

Aplicações financeiras	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Rendimento auferido em 2015
Certificados de depósitos bancários - CDB¹	51.699	1.939
Total	51.699	1.939

(1) CDB com liquidez diária, mantido junto à CAIXA Econômica Federal.

Descrição	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016				01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015			
	Consolidado				Consolidado			
	CAIXA Seguros	PAN Seguros	PAN Corretora	Total	CAIXA Seguros	PAN Seguros	PAN Corretora	Total
Receitas da operação	13.703.317	676.471	22.042	14.401.830	11.121.481	559.715	25.621	11.706.817
Custos/despesas da operação	(11.047.101)	(432.779)	-	(11.479.880)	(8.595.102)	(401.297)	-	(8.996.399)
Margem operacional	2.656.216	243.692	22.042	2.921.950	2.526.380	158.418	25.621	2.710.419
Despesas administrativas	(544.322)	(84.654)	(6.941)	(635.917)	(486.517)	(62.720)	(9.052)	(558.289)
Despesas com tributos	(350.003)	(21.401)	(2.308)	(373.712)	(306.110)	(15.990)	(1.847)	(323.947)
Resultado financeiro	1.630.998	55.150	3.211	1.689.359	1.371.877	45.169	1.948	1.418.994
Resultado patrimonial	33.871	41	-	33.912	36.845	30	-	36.875
Outras receitas/despesas operacionais	-	(128.117)	(125)	(128.242)	-	(48.220)	(1.381)	(49.601)
Resultado operacional	3.426.760	64.711	15.879	3.507.350	3.142.476	76.687	15.289	3.234.452
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(28.922)	-	-	(28.922)	(22.750)	(3.307)	-	(26.057)
Resultado antes dos impostos e participações	3.397.839	64.711	15.879	3.478.429	3.119.725	73.380	15.289	3.208.394
Imposto de renda	(805.598)	(4.023)	(3.952)	(813.573)	(741.809)	(4.259)	(3.772)	(749.840)
Contribuição social	(624.430)	387	(1.431)	(625.474)	(415.126)	(3.129)	(1.367)	(419.622)
Participações sobre o resultado	-	(10.473)	(110)	(10.583)	-	(8.722)	(120)	(8.842)
Participações dos acionistas minoritários	(63.152)	-	-	(63.152)	(73.446)	-	-	(73.446)
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	1.904.659	50.602	10.386	1.965.647	1.889.344	57.270	10.030	1.956.644
Lucro líquido atribuível ao Grupo CAIXA Seguridade	918.235	24.795	5.089	948.119	455.277 ⁽¹⁾	16.577 ⁽¹⁾	2.772 ⁽¹⁾	474.626 ⁽¹⁾
Lucro líquido atribuível aos demais acionistas controladores	986.423	25.807	5.297	1.017.527	1.434.067	40.693	7.258	1.482.018

(1) Considera o resultado atribuível à CAIXA Seguridade no período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2015

b.1) Composição analítica do resultado da CAIXA Seguros:

Descrição	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016						
	CAIXA Seguradora	CAIXA Vida & Previdência	CAIXA Capitalização	CAIXA Consórcio	CAIXA Seguros Saúde	Outras / Ajustes de consolidação	CAIXA Seguros Holding
Receitas da operação	4.878.964	7.846.089	230.008	399.097	549.695	(200.536)	13.703.317
Custos/Despesas da operação	(2.560.115)	(7.302.933)	(120.850)	(196.790)	(684.846)	(181.567)	(11.047.101)
Margem operacional	2.318.849	543.156	109.158	202.307	(135.151)	(382.103)	2.656.216
Despesas administrativas	(334.030)	(57.528)	(34.916)	(47.564)	(16.511)	(53.773)	(544.322)
Despesas com tributos	(193.231)	(46.080)	(12.116)	(58.463)	(2.660)	(37.453)	(350.003)
Resultado financeiro	564.461	103.341	170.089	32.736	24.083	736.288	1.630.998
Resultado patrimonial	(1.037)	-	-	-	-	34.908	33.871
Resultado operacional	2.355.012	542.890	232.215	129.016	(130.239)	297.867	3.426.760
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(23.278)	(59)	(86)	(76)	(5.375)	(48)	(28.922)
Resultado antes dos impostos e participações	2.331.734	542.831	232.129	128.939	(135.614)	297.819	3.397.839
Imposto de renda	(544.267)	(126.087)	(58.178)	(32.346)	-	(44.720)	(805.598)
Contribuição social	(448.143)	(99.917)	(45.069)	(11.667)	-	(19.633)	(624.430)
Lucro líquido do exercício	1.339.324	316.827	128.882	84.926	(135.614)	233.466	1.967.811
Atribuível a Acionistas do Grupo	1.339.324	316.827	65.730	84.926	(135.614)	233.466	1.904.659
Atribuível a Acionistas não controladores em controladas	-	-	63.152	-	-	-	63.152
% de Participação do Grupo CAIXA Seguridade							48,21%
Atribuível ao Grupo CAIXA Seguridade							918.235
Atribuível aos demais acionistas							986.423

Descrição	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015						
	CAIXA Seguradora	CAIXA Vida & Previdência	CAIXA Capitalização	CAIXA Consórcio	CAIXA Seguros Saúde	Outras / Ajustes de consolidação	CAIXA Seguros Holding
Receitas da operação	4.497.151	5.894.893	195.019	359.811	324.495	(149.888)	11.121.481
Custos/Despesas da operação	(2.424.618)	(5.415.116)	(77.676)	(163.182)	(348.805)	(165.704)	(8.595.102)
Margem operacional	2.072.534	479.777	117.342	196.629	(24.310)	(315.592)	2.526.380
Despesas administrativas	(265.258)	(51.702)	(37.517)	(44.585)	(12.211)	(75.244)	(486.517)
Despesas com tributos	(167.011)	(39.521)	(10.986)	(52.175)	(4.249)	(32.167)	(306.110)
Resultado financeiro	485.989	81.743	173.791	29.467	6.757	594.129	1.371.877
Resultado patrimonial	726	-	-	-	-	36.119	36.845
Resultado operacional	2.126.981	470.297	242.631	129.336	(34.013)	207.244	3.142.476
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(16.605)	-	-	-	41	(6.187)	(22.750)
Resultado antes dos impostos e participações	2.110.376	470.297	242.631	129.336	(33.971)	201.057	3.119.725
Imposto de renda	(487.793)	(107.731)	(59.949)	(31.976)	(17.462)	(36.898)	(741.809)
Contribuição social	(267.810)	(71.910)	(38.672)	(11.711)	(10.477)	(14.545)	(415.126)
Lucro líquido do exercício	1.354.772	290.656	144.010	85.650	(61.911)	149.613	1.962.790
Atribuível a Acionistas do Grupo	1.354.772	290.656	73.445	85.650	(61.911)	146.732	1.889.344
Atribuível a Acionistas não controladores em controladas	-	-	70.565	-	-	2.881	73.446
% de Participação do Grupo CAIXA Seguridade							48,21%
Atribuível ao Grupo CAIXA Seguridade ⁽¹⁾							455.277
Atribuível aos demais acionistas							1.434.067

(1) Considera o resultado atribuível à CAIXA Seguridade no período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2015

Nota 9 – Valores a receber

Os valores a receber correspondem às receitas descritas na nota 15 – Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca, predominantemente oriundas de partes relacionadas, referentes às receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca de seguros, planos de previdência complementar, planos de capitalização e cotas de grupos de consórcios.

Descrição	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Receitas a receber de partes relacionadas	37.308	33.721
Receitas a receber de terceiros	3	600
Total	37.311	34.321

Nota 10 - Investimentos em participações societárias

a) Movimentação dos investimentos

Empresas	Controladora				
	31/12/2015	Movimentação dos investimentos			31/12/2016
		Resultado MEP	Dividendos e JCP	Ajustes de avaliação patrimonial	
CAIXA Seguros	2.635.360	918.235	(655.286)	148.664	3.046.973
CAIXA Holding	383.190	28.542	-	(54)	411.678
Total	3.018.550	946.777	(655.286)	148.610	3.458.651

Empresas	Consolidado				
	31/12/2015	Movimentação dos investimentos			31/12/2016
		Resultado MEP	Dividendos e JCP	Ajustes de avaliação patrimonial	
CAIXA Seguros	2.635.360	918.235	(655.286)	148.664	-
PAN Seguros	353.709	24.795	(15.269)	(54)	-
PAN Corretora	29.381	5.089	-	-	(1.342)
Total	3.018.450	948.119	(670.555)	148.610	(1.342)

(1) Outros ajustes referem-se à alteração no Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2015 da PAN Corretora, que por critério de materialidade da Companhia foram reconhecidos como resultado de equivalência patrimonial no exercício de 2016, relacionado ao investimento.

b) Composição sintética dos resultados dos investimentos em participações societárias:

Descrição	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016			01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015		
	Controladora			Controladora		
	CAIXA Seguros	CAIXA Holding	Total	CAIXA Seguros	CAIXA Holding	Total
Receitas da operação	13.703.317	28.542	13.731.859	11.121.481	19.349	11.140.830
Custos/despesas da operação	(11.047.101)	-	(11.047.101)	(8.595.102)	-	(8.595.102)
Margem operacional	2.656.216	28.542	2.684.758	2.526.380	19.349	2.545.729
Despesas administrativas	(544.322)	-	(544.322)	(486.517)	-	(486.517)
Despesas com tributos	(350.003)	-	(350.003)	(306.110)	-	(306.110)
Resultado financeiro	1.630.998	-	1.630.998	1.371.877	-	1.371.877
Resultado patrimonial	33.871	-	33.871	36.845	-	36.845
Resultado operacional	3.426.760	28.542	3.455.302	3.142.476	19.349	3.161.825
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(28.922)	-	(28.922)	(22.750)	(34)	(22.784)
Resultado antes dos impostos e participações	3.397.839	28.542	3.426.381	3.119.725	19.315	3.139.040
Imposto de renda	(805.598)	-	(805.598)	(741.809)	-	(741.809)
Contribuição social	(624.430)	-	(624.430)	(415.126)	-	(415.126)
Participações dos acionistas minoritários	(63.152)	-	(63.152)	(73.446)	-	(73.446)
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	1.904.659	28.542	1.933.201	1.889.344	19.315	1.908.659
Lucro líquido atribuível ao Grupo CAIXA Seguridade	918.235	28.542	946.777	455.277 ⁽¹⁾	19.315 ⁽¹⁾	474.592 ⁽¹⁾
Lucro líquido atribuível aos demais acionistas controladores	986.423	-	986.423	1.434.067	-	1.434.067

(1) Considera o resultado atribuível à CAIXA Seguridade no período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2015

b.1.1) Composição analítica de produtos de seguridade da CAIXA Seguradora:

Ramo	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016						
	Prêmios emitidos	Variações das provisões técnicas de prêmios	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custos de aquisição	Outras receitas e despesas operacionais	Margem operacional
Habitacional	2.101.158	84.192	2.185.350	(517.503)	(190.636)	18.384	1.495.595
Auto	233.787	(32.331)	201.456	(143.922)	(32.955)	(42.898)	(18.319)
DPVAT	253.517	(2.149)	251.368	(215.785)	(3.550)	(4.394)	27.639
Riscos Patrimoniais	360.353	(16.550)	343.803	(115.173)	(86.171)	(37.658)	104.801
Prestamista	778.352	(393.625)	384.727	(101.038)	(99.545)	(12.834)	171.310
Vida	1.043.324	(54.159)	989.165	(229.148)	(180.187)	(134.420)	445.410
Outros	191.230	1.094	192.324	(49.780)	(40.413)	(9.718)	92.413
Total	4.961.721	(413.528)	4.548.193	(1.372.349)	(633.457)	(223.538)	2.318.849

Ramo	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015						
	Prêmios emitidos	Variações das provisões técnicas de prêmios	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custos de aquisição	Outras receitas e despesas operacionais	Margem operacional
Habitacional	1.974.091	(107.321)	1.866.770	(288.135)	(198.257)	(14.021)	1.366.357
Auto	198.285	(10.065)	188.220	(124.623)	(23.136)	(47.805)	(7.344)
DPVAT	239.660	(663)	238.997	(207.483)	(3.388)	421	28.547
Riscos patrimoniais	326.506	(28.271)	298.236	(118.637)	(77.990)	(30.072)	71.537
Prestamista	661.775	(380.012)	281.763	(73.777)	(58.112)	(933)	148.941
Vida	1.002.964	(72.719)	930.245	(259.915)	(158.574)	(131.360)	380.397
Outros	172.187	(8.517)	163.670	(33.785)	(33.959)	(11.825)	84.099
Total	4.575.468	(607.568)	3.967.901	(1.106.355)	(553.416)	(235.595)	2.072.534

b.2) Composição analítica de produtos de seguridade da PAN Seguros:

Ramo	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016						
	Prêmios emitidos	Variações das provisões técnicas de prêmios	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custos de aquisição	Outras receitas e despesas operacionais	Margem operacional
Garantia Segurado - Setor público e privado	247.075	(99.445)	147.630	79	(27.771)	(685)	119.253
Prestamista	190.436	(43.340)	147.096	(24.048)	(63.637)	(9.219)	50.192
DPVAT	56.493	(422)	56.071	(48.085)	(791)	(865)	6.330
Acidentes pessoais coletivos	15.963	1.473	17.436	(7.489)	(7.542)	(1.915)	490
Garantia Estendida - Bens Em Geral	16.464	(6.339)	10.125	(2.355)	(7.661)	(608)	(499)
Vida em grupo	21.875	89	21.964	(15.250)	(4.486)	(2.260)	(32)
Seguro Habitacional - Prestamista	14.502	(156)	14.346	(5.669)	(721)	(898)	7.058
Seguro Habitacional - Demais Coberturas	92.343	(1.734)	90.609	(19.651)	(3.708)	(14.602)	52.648
Riscos Diversos ⁽¹⁾	21.320	(5.031)	16.289	1.244	(6.755)	(2.526)	8.252
Total	676.471	(154.905)	521.566	(121.224)	(123.072)	(33.578)	243.692

(1) Riscos de Engenharia; Fiança locatícia; Viagem; Renda de eventos aleatórios; Desemprego/perda de renda; Compreensivo residencial e empresarial; Microseguros; Riscos de petróleo; Riscos diversos.

Ramo	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015						
	Prêmios emitidos	Variações das provisões técnicas de prêmios	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custos de aquisição	Outras receitas e despesas operacionais	Margem operacional
Garantia Segurado - Setor público e privado	280.082	(201.786)	78.296	(463)	(16.165)	(6)	61.662
Prestamista	158.003	(17.047)	140.956	(17.556)	(51.079)	16.633	88.954
DPVAT	68.339	(234)	68.105	(59.167)	(964)	(10.991)	(3.017)
Acidentes pessoais coletivos	18.261	450	18.711	(2.133)	(5.151)	(2.102)	9.325
Garantia Estendida - Bens Em Geral	10.567	(8.515)	2.052	(263)	(1.802)	(11)	(24)
Vida em grupo	7.705	(70)	7.635	(1.333)	(2.728)	(1.211)	2.363
Seguro Habitacional - Prestamista	5.397	(50)	5.347	(1.313)	(166)	(355)	3.513
Seguro Habitacional - Demais Coberturas	2.037	(3)	2.034	(159)	(78)	(193)	1.604
Riscos Diversos	9.324	7.988	17.312	(20.498)	(2.425)	(351)	(5.962)
Total	559.715	(219.267)	340.448	(102.885)	(80.558)	1.413	158.418

(1) Riscos de Engenharia; Fiança locatícia; Viagem; Renda de eventos aleatórios; Desemprego/perda de renda; Compreensivo residencial e empresarial; Microseguros; Riscos de petróleo; Riscos diversos.

c) Composição sintética dos elementos patrimoniais dos investimentos em participações societárias:

Descrição	Controladora			
	31/12/2016		31/12/2015	
	CAIXA Seguros	CAIXA Holding	CAIXA Seguros	CAIXA Holding
Ativo	56.844.070	411.678	47.435.075	383.190
Caixa e equivalentes de caixa	137.560	100	78.508	100
Aplicações	50.162.721	-	41.587.128	-
Crédito das operações com seguros e resseguros	1.564.489	-	1.457.537	-
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	326.659	-	190.922	-
Ativos fiscais	1.881.697	-	1.916.290	-
Investimentos	188.760	396.308	184.515	383.090
Intangível	330.002	-	219.854	-
Outros ativos	2.252.182	15.270	1.800.322	-
Passivo	50.333.692	-	41.853.852	-
Passivos operacionais	45.228.000	-	37.434.790	-
Passivos fiscais	1.402.158	-	1.182.878	-
Débitos com operações de seguros e resseguros	293.004	-	223.079	-
Provisões	2.828.891	-	2.589.578	-
Outros passivos	581.639	-	423.526	-
Patrimônio líquido⁽¹⁾	6.510.378	411.678	5.581.223	383.190
Atribuível a companhia CAIXA Seguridade ^{(2) (3)}	3.046.973	411.678	2.635.360	383.190
Atribuível aos demais acionistas	3.463.405	-	2.945.863	-
Total passivo e patrimônio líquido	56.844.070	411.678	47.435.075	383.190

- (1) Considera o patrimônio líquido consolidado da CAIXA Seguros
(2) Patrimônio líquido total atribuível à CAIXA Seguridade em 31 de dezembro de 2016: R\$ 3.458.651
(3) Patrimônio líquido total atribuível à CAIXA Seguridade em 31 de dezembro de 2015: R\$ 3.018.550

Descrição	Consolidado					
	31/12/2016			31/12/2015		
	CAIXA Seguros	PAN Seguros	PAN Corretora	CAIXA Seguros	PAN Seguros	PAN Corretora
Ativo	56.844.070	2.325.447	78.951	47.435.075	1.892.067	65.655
Caixa e equivalentes de caixa	137.560	2.241	301	78.508	861	120
Aplicações	50.162.721	618.141	29.810	41.587.127	486.869	14.569
Crédito das operações com seguros e resseguros	1.564.489	582.721	-	1.426.543	355.717	-
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	326.659	461.820	-	239.199	388.922	-
Ativos fiscais	1.881.697	52.327	10.390	1.916.290	26.255	3.779
Investimentos	188.760	421	-	184.516	427	-
Intangível	330.002	422.431	34.223	219.854	480.120	38.873
Outros ativos	2.252.182	185.345	4.227	1.783.038	152.896	8.314
Passivo	50.333.692	1.579.186	11.339	41.853.852	1.165.132	5.694
Passivos operacionais	45.228.000	613.594	303	37.434.791	801.240	230
Passivos fiscais	1.402.158	59.203	10.973	1.183.902	60.046	5.437
Débitos com operações de seguros e resseguros	293.004	436.962	-	223.079	281.565	-
Provisões	2.828.891	460.832	-	2.589.578	10.373	-
Outros passivos	581.639	8.595	63	422.502	11.908	27
Patrimônio líquido⁽¹⁾	6.510.378	746.261	67.612	5.581.223	726.935	59.961
Atribuível a companhia CAIXA Seguridade ^{(2) (3)}	3.046.973	365.663	33.128	2.635.360	356.190	29.381
Atribuível aos demais acionistas	3.463.405	380.598	34.484	2.945.863	370.745	30.580
Total passivo e patrimônio líquido	56.844.070	2.325.447	78.951	47.435.075	1.892.067	65.655

- (1) Considera o patrimônio líquido consolidado da CAIXA Seguros
(2) Patrimônio líquido total atribuível à CAIXA Seguridade em 31 de dezembro de 2016: R\$ 3.445.764
(3) Patrimônio líquido total atribuível à CAIXA Seguridade em 31 de dezembro de 2015: R\$ 3.020.931

d) Reconciliação das informações financeiras dos investimentos

Descrição	Controladora			
	2016			
	CAIXA Seguros	CAIXA Holding	Total	
Patrimônio líquido em 1º de janeiro	5.466.420	383.190	5.849.610	
Distribuição de dividendos aos acionistas	(1.359.231)	-	(1.359.231)	
Lucro líquido do exercício	1.904.659	28.542	1.933.201	
Outros resultados abrangentes	308.363	(54)	308.309	
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	6.320.211	411.678	6.731.889	
Percentual de participação societária - %	48,21	100,00	-	
Participação nos investimentos	3.046.973	411.678	3.458.651	
Saldo contábil do investimento no Grupo	3.046.973	411.678	3.458.651	

Descrição	Consolidado			
	2016			
	CAIXA Seguros	PAN Seguros	PAN Corretora	Total
Patrimônio líquido em 1º de janeiro	5.466.420	726.934	59.961	6.253.315
Distribuição de dividendos aos acionistas	(1.359.231)	(31.165)	-	(1.390.396)
Lucro líquido do exercício	1.904.659	50.602	10.386	1.965.647
Outros resultados abrangentes	308.363	(110)	-	308.252
Outras movimentações	-	-	(2.736)	(2.736)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	6.320.211	746.261	67.611	7.134.082
Percentual de participação societária - %	48,21	48,99	49,00	-
Participação nos investimentos	3.046.973	365.663	33.128	3.445.764
Ágio	-	(2.482)	-	(2.482)
Saldo contábil do investimento no Grupo	3.046.973	363.181	33.128	3.443.282

Nota 11 – Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

A CAIXA Seguridade adota como regime de tributação o lucro real, optando pela apuração anual do IRPJ e da CSLL. Em decorrência dessa opção, a CAIXA Seguridade está sujeita a pagamentos mensais dos tributos com adoção do balancete de suspensão/redução, se preenchidos os requisitos constantes no artigo 230 do Decreto 3.000 de 26 de março de 1.999 e nas demais legislações aplicáveis.

- I. Valores apresentados na demonstração do resultado da controladora e consolidado:

Descrição	Controladora e Consolidado	
	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016	21 de maio a 31 de dezembro de 2015
IRPJ e CSLL sobre Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca ⁽¹⁾	(100.392)	(42.060)
IRPJ e CSLL sobre resultado de investimentos em participações societárias ⁽¹⁾	(33.561)	(15.947)
Total de Impostos correntes	(133.953)	(58.007)

(1) IRPJ com alíquota de 15% e adicional de 10% e CSLL com alíquota de 9%.

- II. Conciliação dos encargos com IRPJ e CSLL na demonstração do resultado da controladora e consolidado

Descrição	Controladora e Consolidado	
	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016	21 de maio a 31 de dezembro de 2015
I) Resultado antes de IRPJ e CSLL	1.223.544	592.833
IRPJ (alíquota de 25%)	(305.862)	(148.196)
CSLL (alíquota de 9%)	(110.119)	(53.355)
IRPJ e CSLL	(415.981)	(201.551)
Efeito das adições/exclusões - IRPJ (25%) e CSLL (9%) ⁽¹⁾	282.028	143.544
II) Despesa com IRPJ e CSLL	(133.953)	(58.007)
Resultado do Grupo antes do IRPJ e CSLL (I)	1.223.544	592.833
III Total da despesa com IRPJ e CSLL (II)	(133.953)	(58.007)
Alíquota efetiva	10,95%	9,78%
IV) Ativo fiscal diferido (IRPJ e CSLL)	2	28
Total despesa com IRPJ e CSLL (III) + ativo fiscal diferido (IV)	(133.951)	(57.979)

(1) Os efeitos das exclusões decorrem da exclusão do resultado de equivalência patrimonial nos investimentos detidos pela Companhia e pela adição de despesas não dedutíveis da base de cálculo.

Nota 12 – Valores a pagar

Descrição	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Despesas compartilhadas ⁽¹⁾	4.401	1.967
Serviços de terceiros	618	-
Participação nos resultados ⁽²⁾	282	-
Redução de capital ⁽³⁾	-	500.000
Total	5.301	501.967

- (1) Ressarcimento de despesas compartilhadas e atividades operacionais previstas no Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura celebrado entre CAIXA e CAIXA Seguridade Nota 19 (b) – Partes relacionadas – Transações com partes relacionadas
(2) Nota 19 (c) – Partes relacionadas – Remuneração de pessoal-chave da administração
(3) Em 20 de maio de 2016 ocorreu o pagamento no valor de R\$ 500 milhões para a CAIXA, decorrente da redução de Capital Social aprovada em Assembleia Geral Extraordinária em 30 de dezembro de 2015

Nota 13 – Provisões e passivos contingentes

A Companhia e a CAIXA Holding foram constituídas em 21 de maio de 2015 e, até a data destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, não são parte em nenhum processo judicial e/ou procedimento administrativo. Dessa forma, não foram reconhecidas nem identificadas pela Companhia provisões e passivos contingentes.

Nota 14 – Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social, no montante de R\$ 2.756.687, está dividido em 1.200.000.000 ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal. O Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 3.770.185 (2015 – R\$ 3.055.882), correspondente a um valor patrimonial de R\$ 3,14 por ação (2015 – R\$ 2,55).

b) Participações acionárias</



	Controladora e Consolidado	
	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016	21 de maio a 31 de dezembro de 2015
Juros sobre o capital próprio (JSCP) sobre investimentos em participações societárias	116.403	52.320
PIS (1,65%) / COFINS (7,6%)	(10.767)	(4.840)
Subtotal de despesa tributária	(10.767)	(4.840)
Receita de acesso à rede de distribuição e uso da marca:	328.085	136.055
PIS (1,65%) / COFINS (7,6%)	(30.348)	(12.585)
Subtotal de despesa tributária	(30.348)	(12.585)
Rendas de títulos de renda fixa	20.114	1.939
PIS (0,65%) / COFINS (4,0%)	(936)	(90)
Subtotal de despesa tributária	(936)	(90)
Despesa tributária	(42.051)	(17.515)
IOF sobre aplicações financeiras	(42)	(3)
Total da despesa tributária	(42.093)	(17.518)

Nota 19 - Partes relacionadas

a) Entidade controladora

A CAIXA Seguridade foi constituída como subsidiária integral da CAIXA, instituição financeira sob a forma de empresa estatal, vinculada ao Ministério da Fazenda, cujo capital foi totalmente integralizado pela União. Dessa forma, a CAIXA Seguridade encontra-se sob controle direto da CAIXA e indireto da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

b) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas) são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA Seguridade e são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

Composição dos resultados decorrentes de transações com partes relacionadas:

Descrição	Controladora/Consolidado			
	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016		21 de maio a 31 de dezembro de 2015	
	Controladora	Controladas em conjunto/coligadas	Total	Total
Receitas:	20.114	325.177	345.291	1.939
Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca:	-	325.177	325.177	-
CAIXA Seguros	-	321.821	321.821	-
PAN Seguros	-	3.356	3.356	-
Receitas financeiras	20.114	-	20.114	1.939
CAIXA	19.687	-	19.687	1.939
CAIXA Seguros	427	-	427	-
Despesas	(28.630)	-	(28.630)	(2.174)
Despesas administrativas (1)	(22.620)	-	(22.620)	(2.174)
CAIXA	(22.620)	-	(22.620)	(2.174)
Despesas financeiras (2)	(6.010)	-	(6.010)	-
CAIXA	(6.010)	-	(6.010)	-

(1) As Despesas Administrativas incluem as despesas compartilhadas e atividades operacionais previstas no Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura celebrado entre CAIXA e CAIXA Seguridade.

(2) Outras receitas/despesas operacionais referem-se às despesas de atualização monetária de dividendos

Composição dos saldos patrimoniais decorrentes de transações com partes relacionadas:

Descrição	Controladora							
	31/12/2016				31/12/2015			
	Controladora	Controladas em conjunto/coligadas	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controladas em conjunto/coligadas	Outras partes relacionadas	Total
Ativo:	218.713	255.017	365	474.095	51.699	141.846	488.025	681.570
Caixa e equivalentes de caixa (1)	218.713	-	-	218.713	51.699	-	-	51.699
CAIXA	218.713	-	-	218.713	51.699	-	-	51.699
Dividendos a receber: (2)	-	119.406	-	119.406	-	63.653	452.450	516.103
CAIXA Seguros	-	119.406	-	119.406	-	63.653	-	63.653
CAIXAPAR	-	-	-	-	-	-	452.450	452.450
Juros sobre capital próprio a receber: (3)	-	98.668	-	98.668	-	44.472	35.575	80.047
CAIXA Seguros	-	98.668	-	98.668	-	44.472	-	44.472
CAIXAPAR (4)	-	-	-	-	-	-	35.575	35.575
Valores a receber:	-	36.943	365	37.308	-	33.721	-	33.721
CAIXA	-	-	-	-	-	-	-	-
CAIXA Seguros	-	36.943	-	36.943	-	33.711	-	33.711
PAN Seguros	-	-	365	365	-	10	-	10
Passivo:	147.217	-	605	147.822	628.995	-	-	628.995
Valores a pagar:	4.401	-	605	5.006	501.967	-	-	501.967
CAIXA	4.401	-	-	4.401	501.967	-	-	501.967
Dirigentes	-	-	605	605	-	-	-	-
Dividendos a pagar:	142.816	-	-	142.816	127.028	-	-	127.028
CAIXA	142.816	-	-	142.816	127.028	-	-	127.028

(1) Os valores em caixa e equivalentes de caixa referem-se à aplicações financeiras descritas na Nota 8 – Caixa e equivalentes de caixa

(2) Dividendos a receber: vide Nota 19 – Partes Relacionadas – b.2) Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas e b.3) Outras partes relacionadas.

(3) Juros sobre o capital próprio a receber: vide Nota 19 – Partes Relacionadas – b.2) Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas e b.3) Outras partes relacionadas.

(4) CAIXAPAR: considerada parte relacionada à CAIXA Seguridade, tendo em vista tratar-se de entidade sob controle comum da CAIXA (Instituição Financeira).

Descrição	Consolidado							
	Controladora	Controladas em conjunto/coligadas	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controladas em conjunto/coligadas	Outras partes relacionadas	Total
Ativo:	218.713	270.652	-	489.365	51.699	141.846	488.025	681.570
Caixa e equivalentes de caixa (1)	218.713	-	-	218.713	51.699	-	-	51.699
CAIXA	218.713	-	-	218.713	51.699	-	-	51.699
Dividendos a receber: (2)	-	134.676	-	134.676	-	63.653	452.450	516.103
CAIXA Seguros	-	119.406	-	119.406	-	63.653	-	63.653
PAN Seguros	-	15.270	-	15.270	-	-	-	-
CAIXAPAR	-	-	-	-	-	-	452.450	452.450
Juros sobre capital próprio a receber: (3)	-	98.668	-	98.668	-	44.472	35.575	80.047
CAIXA Seguros	-	98.668	-	98.668	-	44.472	-	44.472
CAIXAPAR (4)	-	-	-	-	-	-	35.575	35.575
Valores a receber:	-	37.308	-	37.308	-	33.721	-	33.721
CAIXA	-	-	-	-	-	-	-	-
CAIXA Seguros	-	36.943	-	36.943	-	33.711	-	33.711
PAN Seguros	-	365	-	365	-	10	-	10
Passivo:	147.217	-	605	147.822	628.995	-	-	628.995
Valores a pagar:	4.401	-	605	5.006	501.967	-	-	501.967
CAIXA	4.401	-	-	4.401	501.967	-	-	501.967
Dirigentes	-	-	605	605	-	-	-	-
Dividendos a pagar:	142.816	-	-	142.816	127.028	-	-	127.028
CAIXA	142.816	-	-	142.816	127.028	-	-	127.028

(1) Os valores em caixa e equivalentes de caixa referem-se à aplicações financeiras descritas na Nota 8 – Caixa e equivalentes de caixa

(2) Dividendos a receber: vide Nota 19 – Partes Relacionadas – b.2) Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas e b.3) Outras partes relacionadas.

(3) Juros sobre o capital próprio a receber: vide Nota 19 – Partes Relacionadas – b.2) Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas e b.3) Outras partes relacionadas.

(4) CAIXAPAR: considerada parte relacionada à CAIXA Seguridade, tendo em vista tratar-se de entidade sob controle comum da CAIXA (Instituição Financeira)

c) Remuneração de pessoal-chave da administração

Até a data base de elaboração das demonstrações contábeis da Companhia, a remuneração de pessoal-chave da administração, no exercício de 2016, foi de R\$ 3.586 (2º semestre de 2015 – R\$ 1.014), conforme demonstrado na Nota 16 – Despesas Administrativas. Esse valor inclui o montante pago a título de benefícios de rescisão de contratos de trabalho de pessoal-chave da administração em 2016, de R\$ 256.

Adicionalmente, houve o reconhecimento de R\$ 807 a título de participação no resultado de 2016, em conformidade com o programa de remuneração variável de dirigentes aprovado pelas instâncias estatutárias da Companhia. Desse montante, R\$ 202 foram pagos a título de adiantamento, R\$ 282 serão pagos em 2017 e R\$ 323 até 2020.

Dessa forma, o total da remuneração de pessoal-chave da administração pago em 2016 foi de R\$ 3.788.

A Companhia não possuía política de remuneração baseada em ações até a data base destas demonstrações.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
CAIXA Seguridade Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da CAIXA Seguridade Participações S.A. ("CAIXA Seguridade" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA Seguridade Participações S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAIXA Seguridade Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

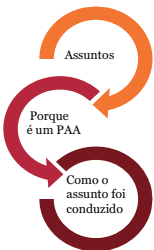
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAIXA Seguridade Participações S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



b.1) Controladora

Os saldos de transações existentes com a parte relacionada CAIXA são as aplicações financeiras, e os valores a pagar de ressarcimento de despesas compartilhadas e atividades operacionais previstas no Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura celebrado entre CAIXA e CAIXA Seguridade.

Os valores a pagar são registrados no mês de competência e pagos até o 10º dia útil do mês subsequente à formalização ao Grupo. Desta forma, não há valores classificados como não circulantes.

b.2) Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas:

Os saldos de transações existentes com as partes relacionadas PAN Seguros (controlada em conjunto) e CAIXA Seguros (coligada) referem-se aos valores a receber provenientes das receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca dos Produtos de Seguridade recebidas no Grupo CAIXA Seguridade. Estes valores estão previstos nas condições contratuais dos acordos operacionais mantidos entre a CAIXA e a CAIXA Seguridade.

Os valores a receber são registrados no mês de competência e recebidos até o 5º dia útil do mês subsequente. Desta forma, não há valores classificados como não circulantes.

Em 31 de dezembro de 2016, não havia inadimplência ou *impairment* registrado nos valores a receber de partes relacionadas.

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de valores a receber mencionado acima.

Adicionalmente, o Grupo CAIXA Seguridade na condição de acionista direto tem o direito de registrar e receber os dividendos e juros sobre capital próprio oriundos das partes relacionadas CAIXA Seguros, PAN Seguros e PAN Corretora.

Os dividendos a receber dessas partes relacionadas são pagos no primeiro semestre do exercício subsequente e, portanto, são classificados como ativo circulante.

b.3) Outras partes relacionadas:

Os saldos e transações existentes com a parte relacionada CAIXAPAR referem-se aos valores a receber decorrentes da participação na CAIXA Seguros cindida à Companhia.

Os saldos e transações existentes com a parte relacionada Dirigentes referem-se aos valores a pagar decorrentes da participação no resultado do exercício da Companhia.

Os quadros abaixo apresentam os resultados e os saldos patrimoniais com as partes relacionadas, considerando a natureza do relacionamento com as entidades:

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 14 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" DF

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Caixa Seguridade Participações S.A. no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis, execução orçamentária, Relatório da Administração e distribuição do resultado da Caixa Seguridade Participações S.A., relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2017.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício pela Administração da Companhia e ainda, no Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, este Conselho Fiscal opina favoravelmente, sem ressalvas, que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Brasília, 13 de março de 2017.

Bruno Cirilo Mendonça de Campos
Conselheiro

Henriete Alexandra Sartori Bernabé
Conselheira

Osvaldo Bruno Brasil Cavalcante
Presidente do Conselho Fiscal